



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

CRENÇAS LEGITIMADORAS DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: O IMPACTO DAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E DINÂMICAS RELACIONAIS

[Beliefs That Legitimize Violence in Intimate Relationships: The Impact of
Sociodemographic Variables and Relationship Dynamics]

Dissertação de Mestrado

Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime - M2

Cláudio Cavalcanti Simões dos Santos

Orientador(es):

Doutora Ângela Marisa Cardoso Fernandes

Junho/2026

Crenças Legitimadoras da Violência nas Relações de Intimidade: O Impacto das Variáveis Sociodemográficas e Dinâmicas Relacionais

Beliefs That Legitimize Violence in Intimate Relationships: The Impact of Sociodemographic Variables and Relationship Dynamics

Dissertação de Mestrado

Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime - M2

Cláudio Cavalcanti Simões dos Santos

Orientador(es):

Doutora Ângela Marisa Cardoso Fernandes

Junho/2026

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Doutora Ângela Marisa Cardoso Fernandes, por me ter aceite e ajudado na finalização deste projeto e etapa. Sem ela, o processo teria sido muito mais difícil. Agradeço a disponibilidade e predisposição para ajudar.

Quero também agradecer a todos os professores e docentes da Universidade Fernando Pessoa, por terem contribuído para a minha formação e aberto as portas para um possível futuro na área de psicologia da justiça.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus pais, por terem estado sempre presentes. Que a vida retribua em dobro tudo de bom que fizeram por mim.

Resumo

A violência conjugal e entre parceiros íntimos constitui um grave problema para a saúde pública e sociedade. Contudo, os estudos dentro desta temática são maioritariamente dedicados à análise dos comportamentos violentos (presença ou ausência), pondo de parte as crenças que os legitimam e perpetuam, deixando para segundo plano a própria génese deste fenómeno e criando desta forma ambiguidades conceptuais. O presente estudo procurou ligar o comportamento violento e as crenças, analisando o impacto das variáveis sociodemográficas e as próprias dinâmicas relacionais na adesão a crenças legitimadoras da violência conjugal. O presente estudo é quantitativo, não-experimental, transversal e correlacional. A amostra, não probabilística e recolhida por conveniência foi constituída por 351 participantes, dos quais 76,4% eram do sexo feminino. A amostra é maioritariamente constituída por jovens e com formação superior. O presente protocolo de investigação incluiu um questionário sociodemográfico e relacional, a Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC) e para a avaliação da violência por parceiro íntimo, utilizou-se a versão portuguesa da *Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)*, adaptada por Paiva e Figueiredo (2002). A análise de dados recorreu a modelos de regressão linear múltipla e à Análise de Variância. Os resultados demonstram que o perfil sociodemográfico atua como o principal preditor das crenças. O sexo (feminino) e o avançar da idade revelam-se fatores protetores e em contrapartida, o estado civil (divorciado/separado) demonstrou ser o principal preditor positivo, estando presente transversalmente em todos os resultados obtidos, sugerindo que estes indivíduos têm maior tendência a deter crenças que legitimem o uso de violência nas relações. Por outras palavras, estes resultados sugerem que ser do sexo feminino e ser mais velho estão inversamente associados à legitimação da violência, e ser divorciado/separado associa-se a uma maior justificação do abuso nas relações de intimidade. Por outro lado, as variáveis inerentes à dinâmica relacional (duração, coabitação e componente sexual), ao contrário do que foi encontrado na literatura, não apresentam um impacto estatisticamente significativo nas crenças legitimadoras. Através dos resultados obtidos pela análise do item complementar integrado no instrumento relativo à iniciação da violência física, a experiência prévia de vitimização ou perpetração de agressões não cria diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito às crenças que legitimam a violência. Conclui-se desta forma que as crenças que justificam este fenómeno não são facilmente alteradas pelo contexto ou vivência relacional, estando profundamente enraizadas num macrosistema sociocultural mais amplo. Face a estes resultados, destaca-se a necessidade de intervenções focadas a nível institucional, junto de jovens e respostas clínicas especializadas no acompanhamento psicoterapêutico de indivíduos em processo de rutura conjugal.

Palavras-chave: Crenças Legitimadoras; Violência Conjugal; Intimate Partner Violence; Violência nas Relações de Intimidade; Dinâmicas Relacionais

Abstract

Domestic and intimate partner violence constitutes a serious problem for public health and society. However, studies on this topic are largely devoted to analysing violent behaviour (its presence or absence), whilst setting aside the beliefs that legitimise and perpetuate it; this pushes the very origins of this phenomenon into the background, thereby creating conceptual ambiguities. This study sought to link violent behaviour and beliefs, analysing the impact of sociodemographic variables and relational dynamics themselves on adherence to beliefs that legitimise domestic violence. This study is quantitative, non-experimental, cross-sectional and correlational. The sample, which was non-probabilistic and convenience-based, consisted of 351 participants, of whom 76.4% were female. The sample consists mainly of young people with higher education. This research protocol included a sociodemographic and relational questionnaire, the Scale of Beliefs about Domestic Violence (ECVC) and an item designed to detect the presence of violence in past relationships as well as who initiated it. Data analysis utilised multiple linear regression models and analysis of variance. The results show that sociodemographic profile acts as the main predictor of beliefs. Gender (female) and advancing age prove to be protective factors; conversely, marital status (divorced/separated) proved to be the main positive predictor, appearing consistently across all results obtained, suggesting that these individuals are more likely to hold beliefs that legitimise the use of violence in relationships. In other words, these results suggest that being female and being older are inversely associated with the legitimisation of violence, and being divorced/separated is associated with a greater justification of abuse in intimate relationships. On the other hand, variables inherent to relationship dynamics (duration, cohabitation and sexual component), contrary to what has been found in the literature, do not have a statistically significant impact on legitimising beliefs. Based on the results obtained from the Analysis of Variance on the Item created for this study, prior experience of victimisation or perpetration of aggression does not create statistically significant differences with regard to beliefs that legitimise violence. Therefore, it can be concluded that the beliefs underpinning this phenomenon are not easily altered by context or relational experiences but are deeply rooted in a broader sociocultural macro-system. In light of these findings, there is a clear need for primary interventions targeting young people and for specialised clinical services providing psychotherapeutic support to individuals going through a marital breakdown.

Keywords: Legitimizing Beliefs; Domestic Violence; Intimate Partner Violence; Violence in Intimate Relationships; Relationship Dynamics

Índice Geral

Introdução	1
Problema de investigação	3
Violência Conjugal e Crenças Legitimadoras: Modelos Teóricos, Mecanismos Psicosociais e Dinâmicas Relacionais	5
Método	17
Resultados	25
Discussão	39
Limitações do Estudo	43
Implicações Práticas e Sugestões para Estudos Futuros	45
Conclusão	47
Referências Bibliográficas	49

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Modelos Preditivos para as Crenças sobre Violência Conjugal (Score Total)	26
Tabela 2 - Modelos Preditivos do fator 1 da ECVV - Legitimação e Banalização da violência leve	28
Tabela 3 - Modelos Preditivos do fator 2 da ECVV - Legitimação da violência devido ao comportamento da mulher	30
Tabela 4 - Modelos Preditivos do fator 3 da ECVV - Legitimação da violência atribuída a fatores externos	32
Tabela 5 - Modelos Preditivos do fator 4 da ECVV - Legitimação da violência em prol da privacidade familiar	34
Tabela 6 - Diferenças nas crenças legitimadoras da violência em função do papel assumido em dinâmicas de agressão passada (ANOVA de Welch)	37

Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos

ANOVA – *Analysis of Variance* (Análise de Variância)

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CTESP – Curso Técnico Superior Profissional

CTS-2 – *Revised Conflict Tactics Scales* (Escala de Táticas de Conflito Revistas)

ECVC – Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

e.g. – *Exempli gratia* (por exemplo)

EUA – Estados Unidos da América

IBM – *International Business Machines*

i.e. – *Id est* (isto é / ou seja)

IPV – *Intimate Partner Violence* (Violência entre Parceiros Íntimos)

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

VCC – Violência de Controlo Coercivo

VD – Variável Dependente

VI – Variável Independente

VIF – Fator de Inflação da Variância (*Variance Inflation Factor*)

VSC – Violência Situacional do Casal

WHO – *World Health Organization* (Organização Mundial da Saúde)

Símbolos Estatísticos

B - Coeficientes não padronizados

EP - Erro padrão

DP - Desvio Padrão

β - Coeficientes padronizados

F - Estatística F (Teste de Fisher / F de Welch)

gl - Graus de Liberdade

M – Média

N - Dimensão da amostra total

n - Dimensão da subamostra / Frequência absoluta

p - Nível de significância estatística (p-value)

R² - Coeficiente de Determinação (R quadrado)

sr² = Correlação semiparcial ao quadrado (proporção de variância única)

t - Estatística t de Student

1. Introdução

Atualmente, a Violência entre Parceiros Íntimos (Intimate Partner Violence - IPV), constitui uma das mais graves violações aos direitos humanos, sendo descrita como um problema prioritário à saúde pública a nível mundial (Almeida et al., 2023; Cunha et al., 2024). Para além dos impactos à saúde física e mental das vítimas, as dinâmicas de abuso geram custos socioeconómicos - ausências do trabalho e cuidados médicos - e perpetuam ciclos de desigualdade (Cerejo et al., 2024; Mosena & Bossi, 2022; Zancan & Habigzang, 2018). Contudo, e apesar dos avanços legais e da crescente consciencialização da problemática na sociedade em geral, este fenómeno mantém-se com taxas de prevalência assustadoras (Cunha et al., 2024; Dantas, 2023; Moura et al., 2021; Silva et al., 2025), sugerindo que apenas a criminalização do comportamento não é suficiente para se atingir a mudança esperada.

Assim sendo, o objetivo da presente investigação não incide sobre o comportamento violento propriamente dito, mas sim sobre o suporte cognitivo e cultural que permite a sua perpetuação, i.e., as crenças legitimadoras da violência. Estas estruturas mentais, estão profundamente enraizadas no macrossistema, atuam como mecanismos de racionalização e de minimização que permitem aos indivíduos desculpar o agressor, responsabilizar a vítima, atribuir o comportamento a causas externas ou até a ocultação destes em prol da “privacidade familiar” (Faria, 2019; Ferreira, 2018; Machado, Matos, & Gonçalves, 2006; Moura et al., 2021).

Estas crenças são dos principais obstáculos à identificação, denúncia e término destes comportamentos violentos. Ao termos uma sociedade que compactua através destes mecanismos de desculpabilização e minimização da violência, cria-se um ambiente de impunidade que permite a perpetuação dos comportamentos violentos (Almeida et al., 2023; Bucheli & Rossi, 2019; Cerejo et al., 2024; Ferrer-Pérez et al., 2019). Por esse mesmo motivo, devemos intervir na reestruturação destes esquemas cognitivos, sendo um passo fundamental para a promoção de relações afetivas mais saudáveis e emocionalmente responsáveis.

Apesar do papel crucial que as crenças desempenham nos comportamentos violentos (Almeida et al., 2023), o estudo da legitimação da violência tem sido deixado em segundo plano (Araújo et al., 2024; Ferreira, 2018), onde ainda se pode encontrar inconsistências metodológicas (Boaventura, 2021) e ambiguidades conceptuais (Almeida et al., 2023).

Desta forma, a presente investigação tenta colmatar algumas dessas lacunas, tentando tornar evidente, por exemplo, se a aceitação da violência é ditada pelo perfil do indivíduo (características individuais) ou, por outro lado, se é moldada pelo próprio contexto/dinâmicas da própria relação amorosa (como o tempo de convivência e coabitação).

Desta forma, o objetivo geral desta investigação consiste na análise e compreensão sistémica das crenças legitimadoras da violência nas relações conjugais e não conjugais.

Para a prossecução deste propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Avaliar o impacto preditivo das variáveis do perfil sociodemográfico (nomeadamente o sexo, a idade, o estado civil, a escolaridade e o nível socioeconómico) na adesão a crenças legitimadoras da violência.
- 2) Avaliar a influência preditiva de variáveis inerentes à estrutura e dinâmica relacional (duração da relação, coabitação e componente sexual) na manutenção destas crenças;
- 3) Explorar as diferenças na legitimação da violência em função do papel assumido em dinâmicas de agressão passadas (iniciador da agressão, alvo de vitimação ou ausência de histórico de violência).

Com esta investigação, pretende-se alcançar uma compreensão mais holística do fenómeno em estudo, fornecendo bases empíricas sólidas para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes.

2. Problema de investigação

A violência entre parceiros íntimos é considerada um problema de saúde pública e social com proporções equivalentes a uma pandemia (Ferrer-Pérez et al., 2019). Para além das já conhecidas consequências imediatas para a saúde física (e.g. ferimentos, lesões neurológicas, ou até morte), a Intimate Partner Violence (IPV) é também um fator de risco crítico para o desenvolvimento de doenças crónicas uma vez que o impacto tende a ser cumulativo, podendo persistir mesmo quando esta já não esteja presente (Coker et al., 2002; Hardesty & Ogolsky, 2020; Yakubovich et al., 2018; Yonfa et al., 2021).

As consequências da IPV podem ser organizadas essencialmente em três diferentes domínios: físico, psicológico e comportamental. Ao nível físico e médico podem citar-se várias consequências, como é o exemplo de problemas ginecológicos e ISTs, problemas respiratórios, complicações cardíacas, entre muitas outras (Lima et al., 2022; Paixão et al., 2018; Yonfa, et al., 2021; Zancan & Habigzang, 2018). Dentro do domínio da saúde mental estes autores referem que as mulheres vítimas de IPV apresentam um risco significativamente mais elevado de desenvolver perturbações mentais como ansiedade, fobias, depressão e transtorno de stress pós-traumático. É também possível encontrar junto destas populações consequências da IPV a nível comportamental como a adoção de comportamentos de risco (e.g. transtornos alimentares, ideação e tentativas suicidas) de forma de lidar com a problemática da Intimate Partner Violence - IPV (Yonfa, et al., 2021; Zancan & Habigzang, 2018). O impacto da IPV parece ser tanto maior quanto 1) mais graves as agressões, 2) a forma que são perpetrados (e.g. uso de armas, estrangulamento, bofetadas ou socos, etc.), 3) danos causados por vários episódios e 4) os diferentes tipos de agressão (física, psicológica, sexual) (Lima et al., 2022). No que diz respeito ao impacto socioeconómico, a sobrecarga dos serviços de saúde (maior número de consultas médicas, apoio na saúde mental, internamentos e cirurgias) representam um gasto significativo do orçamento público. A nível social, percebe-se uma perda de produtividade no trabalho por parte das vítimas e as forças policiais e sistema legal encontram-se inundados de processos (Zancan & Habigzang 2018).

3. Violência Conjugal e Crenças Legitimadoras: Modelos Teóricos, Mecanismos Psicossociais e Dinâmicas Relacionais

Uma das problemáticas que se levantam ao estudar esta temática deve-se à falta de rigor conceptual, ideológico e metodológico (Boaventura, 2021; Bucheli & Rossi 2019; Godbout et al., 2019; Hardesty & Ogolsky, 2020; Machado et al., 2019). Termos como “violência de género”, “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência conjugal” e IPV são usados como sinónimos, pelo que apesar de interligados, estes termos abrangem âmbitos e fatores de risco distintos. A explicação seguinte, ainda que breve, procura situar a presente investigação dentro desta problemática conceptual.

Ao adotar uma visão em funil sobre os diferentes tipos de violência, percebemos que num espectro mais macro, encontramos a violência de género e violência contra a mulher. Ambas partilham características como desigualdades provenientes de estereótipos e sistemas patriarcais. Enquanto a primeira a violência sofrida é motivada pela identidade ou expressão de género em contextos institucionais e interpessoais (da Silva et al., 2025; Moura et al., 2021; Paixão et al., 2018), a segunda foca-se especificamente no sexo feminino, englobando dinâmicas como a esfera íntima da vítima até ao tráfico humano e mutilação genital (Cunha et al., 2024; World Health Organization [WHO], 2013). Afunilando a tipologia e ao mudar o foco da problemática para as próprias relações de proximidade, encontramos conceitos como violência doméstica, violência entre parceiros íntimos (IPV) e violência conjugal. A violência doméstica, conceito mais amplo dentro do âmbito familiar, inclui agressões a cônjuges, parceiros de namoro, ascendentes, descendentes e pessoas particularmente vulneráveis (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, n.d.). A IPV, por sua vez, foca-se no contexto de relações de intimidade - atual ou passada, também com ou sem coabitação e independentemente da orientação sexual, não sendo restrita pelos papéis de género (Machado et al., 2019; Yonfa et al., 2021; WHO, 2013). Por fim, a violência conjugal restringe-se às agressões ocorridas no seio de relações de afeto formalizadas, de direito ou de facto (Mosena & Bossi, 2022).

A forma como se categoriza e mede a violência terá também um grande impacto nos instrumentos e metodologia a utilizar que, por consequência, influenciará os resultados obtidos. Tradicionalmente a violência divide-se em três tipos: física, sexual e psicológica (Alarcão, 2006; DeKeseredy et al., 2017; Diaz & Hayes, 2012; Machado et al., 2015; Manita et al., 2009; Matos, 2006).

A violência física, pode ser definida como comportamentos que infligem (incluindo a tentativa e ameaça) danos corporais como bater e empurrar (Almeida et al., 2023). No que concerne à violência sexual, esta é definida por Mendes e colaboradores (2013) como o uso de palavras, ou comentários sexuais indesejados, ações ou ameaças para forçar a participação em atividades sexuais contra a vontade do indivíduo, independentemente da relação com o agressor e do ambiente. Esta definição é expandida pela Organização Mundial da Saúde (2013) em que incluem situações onde a vítima é incapacitada de dar consentimento (por exemplo, através do uso de drogas). A violência psicológica, também designada emocional ou verbal, é considerada a forma mais comum de perpetração da IPV. Apesar de não existir uma definição consensual, geralmente remete para um padrão de comportamentos que visa prejudicar o outro sem uso de força física. Geralmente procura causar dano à autoestima do parceiro utilizando táticas de abuso verbal e coerção através de comportamentos como insultos e humilhações (Almeida et al., 2023). Contudo, note-se a existência de sobreposição entre as categorias, sendo possível que certos comportamentos sejam enquadrados em mais do que um tipo de violência. Por exemplo, a ameaça física é classificada por certos autores como violência psicológica, dado o seu carácter de intimidação (Filipe, 2013).

Ainda que tenha sido desde sempre encarado como um problema do foro privado, a violência nas relações de intimidade ganhou maior relevância pública e legal na segunda metade do século XX, principalmente impulsionada por movimentos feministas nos EUA e Europa (Cunha et al., 2024; Mendes et al., 2013; Mourão, 2025). Em Portugal, esta consciencialização começou a ganhar força após a Revolução dos Cravos em 1974, que resultou numa adaptação do Código Penal ao longo dos vários anos. Destaca-se o ano de 1995, onde o crime de violência doméstica passa a autonomizar-se e novamente em 2000, passando-se a classificar como crime público. Posteriormente, a lei foi sofrendo sucessivos alargamentos da sua tipologia, de forma a abranger as diversas dinâmicas relacionais que se iam criando na sociedade. Estes alargamentos não discriminam relativamente ao sexo da vítima, ou à existência de reiteração ou coabitação (Machado et al., 2019; Mendes et al., 2013; Mourão, 2025). Apesar dos avanços legais, o fenómeno mantém-se preocupante, havendo estudos que revelam que a nível global, 38% dos homicídios de mulheres são causados em contextos de relação de intimidade (Cunha et al., 2024). Em Portugal, dados da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG, 2025) indicam o registo de mais de 29 mil ocorrências participadas de violência

doméstica e 27 homicídios voluntários neste contexto, dos quais dois corresponderam a crianças e quatro a homens.

De forma a compreender a violência por parceiro íntimo (IPV), que por sua vez é praticada dentro das relações conjugais, devemos tentar compreender a sua génese e analisar as estruturas cognitivas que a sustentam. Da Cruz Ferreira (2018), tenta resumir o trabalho desenvolvido por Beck em 1979, descrevendo como estas estruturas ou crenças, são criadas. Este explica que as crenças nucleares sobre o self, o outro e o mundo nascem durante a infância do indivíduo, através das experiências vividas e interações realizadas com figuras de referência como pais ou cuidadores. Estes esquemas mentais vão se consolidando na medida em que a criança consegue satisfazer as suas necessidades e interpretar o mundo à sua volta. Uma vez consolidados, estes esquemas operam de forma latente sendo ativados por estímulos específicos, moldando respostas emocionais e comportamentos automáticos (Araújo et al., 2024; Moura et al., 2021). A integração dos acontecimentos vividos e pensamentos/attitudes que não são alvo de crítica própria ou alheia, levam à valorização de tais constructos mentais, ignorando desta forma novas formas de pensamento (da Cruz Ferreira 2018). Estes modelos mentais funcionam como guia das nossas interações sociais, fazendo com que o mesmo fenómeno possa ser percebido de tantas formas quantos indivíduos passam por ela. Ou seja, cada um de nós interpreta as experiências de acordo com as suas crenças e assunções (Almeida et al., 2023; da Cruz Ferreira 2018). Esta criação de mapas ou estruturas mentais é natural e benéfico para o ser humano, simplificando a complexidade das interações sociais. Contudo, estas estruturas não são perfeitas e estão sujeitas a enviesamento - uma predisposição cognitiva que leva a aceitar certas conclusões como válidas por se alinharem com valores previamente estabelecidos. Este enviesamento ignora a lógica e os factos, filtrando informações que contradizem a rede previamente estabelecida, o que pode explicar a resistência de agressores e vítimas a reconhecer o carácter abusivo de certas dinâmicas da relação (Almeida et al., 2023).

Existem vários modelos que procuram explicar o fenómeno da violência conjugal. Dada a limitação de espaço da presente investigação, serão brevemente abordados quatro modelos distintos: Teoria do Mundo Justo - desenvolvida por Lerner em 1980; o modelo ecológico; modelo de transmissão intergeracional da violência e, por fim, a teoria da vinculação.

O modelo de Teoria do Mundo Justo, segundo a descrição de Correia e colaboradores (2015), propõe que indivíduos possuem uma necessidade fundamental de acreditar que vivem num ambiente justo, em que o mérito é recompensado e o sofrimento é consequência de condutas erradas. Quando estes indivíduos são confrontados com vitimização alheia a sua crença num mundo justo é ameaçada o que provoca um estado de ansiedade no observador. De forma a restaurar o equilíbrio cognitivo (i.e. a crença num mundo justo), muitas vezes é desvalorizado o sofrimento da vítima, podendo ainda culpabilizá-la, considerando que foi esta que provocou ou mereceu a agressão. O indivíduo desta forma, preserva a ilusão de que estará imune à vitimização, desde que se “comporte bem”. É possível observar este fenómeno mesmo entre vítimas, sendo que se auto-culpabilizam pelas agressões sofridas, como forma ilusória de controlo sobre a realidade.

Para o modelo ecológico, é importante considerar a influência dos fatores socioculturais, no uso da violência como resolução de problemas e crenças associadas. Sendo a violência um fenómeno complexo, o modelo ecológico procura integrar diferentes abordagens, propondo a existência de diferentes fatores que interagem entre si e que criam condições para a ocorrência e manutenção da IPV (Ferrer-Pérez et al., 2019). O número exato de fatores que compõem o modelo ecológico varia dependendo da fonte, sendo quatro o valor mais comum (individual, relacional, social, cultural/ambiental). Contudo, da Silva (2017) faz referência a outros fatores como pertencer a minorias étnicas, a adesão a normas tradicionais de género e à desigualdade de género, bem como às normas culturais relacionadas com a agressão.

Ao imaginar a predisposição dos fatores que compõem o modelo ecológico como uma pirâmide, o macrosistema ou sistema de políticas sociais encontra-se na base e corresponde ao contexto sociocultural mais amplo a partir do qual se formam as normas sociais que moldam as crenças, atitudes individuais e políticas institucionais (Bucheli & Rossi, 2019; Hardesty & Ogolsky, 2020). É deste que emergem estereótipos de género, que conferem ao homem uma posição de autoridade e posse, legitimando socialmente o poder masculino. É também no macrosistema que os mecanismos de controlo social podem ser alterados e gerar ou perpetuar desigualdades entre grupos da sociedade (da Silva 2017; Ferrer-Pérez et al., 2019). Imediatamente acima deste encontramos o exossistema ou sistema institucional (instituições, família, amigos, vizinhança), refere-se

às estruturas sociais formais e informais nas quais as relações (ou microssistema) estão inseridas.

Dentro do contexto onde a violência ocorre, encontramos os Microssistema. Este corresponde ao sistema interpessoal ou familiar e inclui fatores relacionados à interação entre o casal (i.e., tensões na relação).

Por fim e no topo da pirâmide encontramos o nível ontogenético ou intrapessoal, i.e. características, dos próprios indivíduos. Dentro deste podem citar-se variáveis como: 1) a história pessoal do indivíduo, 2) características biológicas e psicológicas, 3) fatores demográficos (educação, problemas económicos, consumos, etc.) e 4) características da personalidade (Ferrer-Pérez et al., 2019). Ainda dentro do âmbito ontogenético e do desenvolvimento individual, o terceiro modelo proposto nesta investigação, que também tem recebido atenção junto dos investigadores, tem como base a teoria de aprendizagem social desenvolvida por Albert Bandura. O modelo de transmissão intergeracional da violência defende que se o comportamento tiver consequências positivas, i.e., o indivíduo que pratica o ato violento obtiver aquilo que deseja, a probabilidade de repetição do comportamento aumenta, alimentando comportamentos e atitudes legitimadoras da violência (Mosena & Bossi 2022).

Por fim, ao afastar-nos do âmbito patológico das características da personalidade, podemos observar como as dinâmicas relacionais podem influenciar os fatores de risco associados à violência conjugal com apoio na teoria da vinculação. Originalmente desenvolvida por Bowlby na década de 80, esta teoria permite compreender como as experiências relacionais durante a infância influenciam a vida amorosa adulta. As dificuldades de vinculação servem como explicação para a manutenção de ciclos abusivos e podem ser classificadas em três categorias principais: Vinculação segura, insegura/evitante ou insegura/ansiosa (Araújo et al., 2024). Estas predisposições relacionais inseguras são formadas quando os cuidadores não dão resposta ou as respostas são inconsistentes às necessidades da criança. Esta dinâmica traduz-se numa dificuldade de confiar ou depender de outros, ou por outro lado, uma necessidade exagerada de contacto e dependência emocional. Almeida e colaboradores (2023), descrevem a vinculação segura como um sentimento de bem-estar, confiança inter e intrapessoal e uma capacidade de estabelecer relações de interdependência de forma saudável. Estas relações são um recurso interno que facilita a adaptação a situações adversas. O tipo de vinculação inseguro evitante é caracterizado pelo desconforto à proximidade emocional,

autossuficiência e medo de intimidade. A distância emocional é usada como mecanismo de defesa e o inseguro evitante recusa depender de outra pessoa. No outro extremo do espectro, encontramos o inseguro ansioso, que se caracteriza por uma necessidade constante de contacto e dependência emocional. Este tem medo da rejeição e abandono e está relacionado a baixos níveis de autoestima, ressentimento e ciúme. Almeida e colaboradores (2023) terminam por referir que a evidência empírica sugere que a qualidade de vinculação é um preditor significativo na perpetração e vitimização de violência nas relações de intimidade. Homens com estilos de vinculação inseguros apresentam probabilidades significativamente maiores de serem violentos nas suas relações de intimidade, comparativamente a homens com vinculação segura. A violência é então usada como ferramenta na tentativa de gerir o medo do abandono ou manter o controlo sobre a vítima. O mesmo é possível observar junto das vítimas. A vinculação segura está associada a níveis inferiores de psicopatologia e melhor adaptação ao stress. Em contrapartida, estilos inseguros, com especial prevalência o inseguro evitante, são preditores de vitimização na relação.

A prevalência de violência dentro das relações apresenta uma variação estatística considerável na literatura devido às diferentes metodologias e instrumentos utilizados. No ano de 2022 em Portugal, os dados do Sistema de Segurança Interna indicavam que a violência doméstica era o crime contra pessoas mais reportado, tendo uma representatividade de 7,5% da criminalidade a nível nacional, e que um em cada cinco dias de absentismo no trabalho feminino é resultante da violência doméstica (Cunha et al., 2024; Zancan & Habigzang 2018). Contudo, estudos epidemiológicos sugerem que estes valores são uma subestimação da realidade. O primeiro estudo representativo em Portugal sobre a vitimização feminina, realizado por Lourenço e colaboradores em 1997, diz-nos que 50,7% das mulheres reportaram abuso psicológico, 28,1% experiências sexuais indesejadas e 6,7% violência física (Machado et al., 2007). Mais tarde, Mendes e colaboradores em (2013) fazem referência a um outro inquérito a nível nacional de violência de género que nos mostra percentagens relativas a violência física de 22,6%, violência sexual 19,1%, violência psicológica 53,9% e violência de discriminação social 52,9%. A nível internacional, as taxas de prevalência variam entre 15% e 71% (Correia et al., 2015), sendo que nos EUA os valores estimados estão entre os 17,4% e 25,5%. A realidade brasileira mostra-se bem mais preocupante, Zancan e Habigzang (2018), referem que a cada quatro minutos uma mulher é agredida, sendo que 26% e 34,5% das

mulheres sofrem violência física ou sexual por parte dos seus companheiros. Na Europa com valores mais elevados, estão compreendidos entre 10% e 50%, com especial incidência nas culturas europeias do Leste, onde a cultura de violência nas relações de intimidade é mais prevalente (e.g. Lituânia); à Alemanha com quase um terço da população feminina vitimizada em algum momento e por fim em Espanha, onde 32% reportam história de abuso (Machado et al., 2007; Correia et al., 2015; Zancan & Habigzang 2018; Almeida, et al., 2023). A violência no namoro é considerada um preditor robusto da violência na conjugalidade (Saavedra & Machado 2012). As investigações recentes mostram que embora participantes casados legitimem mais a violência entre o casal, a perpetração é maior em relações de namoro, havendo alguns autores a referir taxas de prevalência entre os 12% e os 59.1% (Saavedra & Machado 2012). No contexto universitário, estima-se que 52% dos jovens já tenham praticado algum tipo de violência e 42% tenham sido vítimas de algum ato abusivo, demonstrando tendências à normalização de comportamentos de controlo e violência psicológica (Boaventura, 2021). Mendes e colaboradores (2013), referem que uma em quatro universitárias sofreu comportamentos abusivos, e que estes desculpabilizam comportamentos violentos e não identificam situações de violência sexual como tal. O tipo de violência mais comum é a violência psicológica e violência física sem sequelas como empurrar, agarrar e sacudir e numa percentagem mais reduzida, ações de coerção sexual (Mendes et al., 2013; Zancan & Habigzang 2018; Cunha et al., 2024). No que diz respeito à representatividade dos sexos relativamente à violência perpetrada, este é um dos tópicos mais debatidos na literatura contemporânea e remete à “simetria de género”. Esta faz referência às taxas de perpetração de violência física, se são aproximadamente iguais entre os sexos ou se um prevalece sobre o outro (Boaventura, 2021; Cunha et al., 2024; Machado et al., 2019; Zancan & Habigzang 2018). No trabalho de Machado e colaboradores (2019), podemos perceber que através de uma revisão de 91 estudos, é possível estimar que 23,1% das mulheres e 19,3% dos homens sofreram violência física. Contudo, no trabalho de Lemos e colaboradores (2023), podemos ver que as percentagens se invertem e as mulheres são as principais perpetradoras de violência física grave. Estes admitem ter obtido resultados divergentes da literatura, mas alertam para a necessidade de atentar para a vitimização masculina, especialmente pela falta de literatura sobre o tema. Contudo, a literatura aponta para motivações distintas consoante o sexo. Enquanto Bucheli e Rossi (2019) destacam a infidelidade e a perceção de posse como principais instigadores tradicionais da violência conjugal, os motivos de perpetração feminina parecem divergir. Zancan e

Habigzang (2018), em consonância com Lemos e colaboradores (2023), referem que as mulheres justificam o uso da violência sobretudo como uma forma de expressão de emoções negativas (raiva e frustração), reação a controlo coercivo, tentativa de aparentar força, ciúme e legítima defesa.

As primeiras investigações junto da população que procuraram entender estes mecanismos inerentes às crenças de legitimação da violência em relações conjugais foram realizadas em contexto internacional e sugerem que grande parte da população atribui a causa da violência a fatores como características individuais, características da relação, tipo de ambiente familiar, uso de álcool e drogas, dificuldades financeiras e desemprego (Cinquegrana et al., 2022; Moura et al., 2021). A literatura tem mostrado que estas perceções e crenças sobre a violência que a sociedade apresenta podem ser influenciadas por fatores como a idade, o sexo, habilitações literárias, etnia, crenças religiosas e história pessoal (Almeida et al., 2023; Correia et al., 2015; da Silva, 2017; Ferrer-Pérez et al., 2019; Machado et al., 2007; Saavedra & Machado, 2012). O Eurobarometer de 2016 reportou que cerca de 17% dos inquiridos na Europa consideram que a violência contra as mulheres é provocada pelas próprias vítimas e que estas exageram a gravidade das situações de abuso. De forma semelhante, Machado e colaboradores (2007) alertam que 50% dos jovens adultos do sexo masculino em Inglaterra, e 33% do sexo feminino, consideram que a violência entre casais pode ser aceitável consoante as circunstâncias.

Ao diferenciar e compreender quais as variáveis mais relevantes para a manutenção destas dinâmicas, é-nos possível criar abordagens mais eficazes junto da população-alvo. Apesar de os resultados mostrarem alguma inconsistência devido à heterogeneidade metodológica dos estudos, é possível agrupar estes fatores em diferentes domínios interligados.

No domínio sociodemográfico e contextual (macro e exossistema), a variável que mais se destaca pela sua consistência é o sexo. Os homens tendem a apresentar níveis maiores de concordância com atitudes e crenças legitimadoras, frequentemente caracterizadas pela minimização dos atos de violência e invocação da privacidade familiar (Almeida et al., 2023; Matos & Cláudio, 2010; Saavedra & Machado, 2012; Ventura, 2013). Ainda ao nível macrossocial, esta legitimação resulta da internalização profunda de estereótipos tradicionais e da exposição a discursos sexistas (Bucheli & Rossi, 2019; Correia et al., 2015). Indivíduos que aderem a atitudes patriarcais tendem a utilizar comportamentos violentos como um mecanismo de manutenção de poder e autoridade (Cunha et al., 2024).

Para estes, quando a mulher desafia ou tenta romper com o papel esperado de submissão e passividade, a violência surge como uma resposta justificada para restaurar a hierarquia imposta (Almeida et al., 2023; Correia et al., 2015; Machado et al., 2007). Este ciclo de legitimação é ainda agravado quando as instituições de apoio se revelam insuficientes ou transmitem uma percepção de impunidade, criando um ambiente onde a violência continua a ser tolerada (Mendes et al., 2013).

Ainda neste domínio social, fatores de vulnerabilidade estrutural - como baixa escolaridade, baixo nível socioeconómico e residência em zonas rurais - também estão associados a uma maior legitimação. Existe também uma correlação negativa entre o nível de escolaridade e estas crenças (Kovacs, 2018; Machado et al., 2007; Matos & Cláudio, 2010; Nerys, 2016). Através dos diferentes estudos realizados, conseguimos perceber que meios mais desfavorecidos economicamente, a violência física é mais comum e é frequentemente acompanhada pela atribuição de culpa a causas externas (e.g., desemprego, consumo de álcool ou substâncias psicoativas), enquanto níveis socioeconómicos mais elevados estão associados à violência psicológica e verbal (Araújo et al., 2024; Bucheli & Rossi, 2019; Casimiro, 2002; Cinquegrana et al., 2022; Kovacs, 2018; Nerys, 2016). No que diz respeito à idade, ainda que não seja consensual, a literatura sugere que a legitimação pode estar mais associada à adesão a valores tradicionais e religiosos do que propriamente à faixa etária (Almeida et al., 2023; Bucheli & Rossi, 2019; Matos & Cláudio, 2010). Importa salientar que as próprias mulheres que sustentam estas crenças socialmente impostas encontram-se em maior risco de vitimização (Almeida et al., 2023). Os meios de comunicação parecem ter a capacidade de atuar tanto como perpetuadores destas normas, como fatores protetores e de desconstrução social (Bucheli & Rossi, 2019).

Ao nível relacional e da história pessoal, em linha com as teorias de aprendizagem e vinculação referidas anteriormente, um dos principais preditores da legitimação da violência para resolução de conflitos na vida adulta é a exposição a dinâmicas abusivas na infância. Seja por vitimização vicariante (e.g., assistir a violência interparental) ou vitimização direta, bem como o uso de punição corporal no seio familiar, estas experiências funcionam como mecanismos de aprendizagem social. A criança internaliza que a violência é uma estratégia válida perante o stress e a frustração (da Silva, 2017), aumentando a probabilidade de vir a assumir o papel de vítima ou agressor (Copp et al., 2019; Oliveira, 2021; Souza, 2015; Yilmaz & Taplak, 2021).

Nesta mesma linha de análise ontogenética, o próprio histórico relacional e estado civil dos indivíduos desempenham um papel relevante. Pessoas sem experiência amorosa tendem a legitimar mais facilmente a violência (Dantas, 2023), existindo variações significativas na prevalência e severidade dos atos tolerados consoante se trate de uma relação de namoro ou conjugalidade (Cerejo et al., 2025; Du, 2021; Machado et al., 2014).

No que diz respeito às vulnerabilidades individuais e processos emocionais, fatores como a baixa autoestima, características de personalidade (e.g., narcisismo), estilos de vinculação inseguros e psicopatologias como a depressão e a perturbação de stress pós-traumático atuam como fatores de risco (Almeida et al., 2023; Dantas, 2023; Devries et al., 2014; Moura et al., 2021; Soares & Cláudio, 2010). Quando os indivíduos têm dificuldades na regulação emocional, e têm predisposição para estados de humor depressivos ou elevados níveis de agressividade facilita a externalização da culpa e aumentam a suscetibilidade para a perpetração e legitimação do abuso (Lemos et al., 2023; Saavedra & Machado, 2012; Zancan & Habigzang, 2018). Em sentido inverso, a empatia e um sentido de self bem definido e estruturado apresentam-se como recursos internos de proteção, desempenhando um papel essencial na rejeição destas crenças disfuncionais (Correia et al., 2015).

Para suportar estas vivências, e como foi demonstrado ao longo deste trabalho, existem processos cognitivos que procuram racionalizar a problemática e minimizar a culpa. Estas interpretações distorcidas agrupam-se em três categorias: crenças de culpabilização da vítima (o ato violento como resposta à insubordinação); crenças que diminuem a responsabilidade do agressor; e crenças que desvalorizam a gravidade do comportamento (Saavedra & Machado, 2012). Consequentemente, as respostas naturais a este fenómeno - como a autoculpabilização, conduta subserviente e a decisão de reportar à polícia - são profundamente afetadas por estruturas cognitivas pessoais da vítima e pelas crenças das pessoas que a rodeiam (Almeida et al., 2023).

Exposto isto, percebe-se que as próprias dinâmicas e características do vínculo amoroso desempenham um papel central na legitimação da violência. A duração e coabitação são duas das variáveis que mais influenciam o tipo e a própria interpretação dos comportamentos violentos. Estudos recentes têm demonstrado que embora a violência física severa surja frequentemente nas relações de namoro (Cerejo et al., 2025; Machado et al., 2014), a coabitação e a duração da relação criam processos de habituação à violência. A convivência diária e interdependência favorecem a ocorrência de

comportamentos violentos, violência psicológica (Araújo et al., 2024; Moura et al., 2021; Paixão et al., 2018). Não são raras as vezes em que a componente sexual esteja distorcida e seja encarada como uma obrigação da mulher para com o homem inerente à relação, o que contribui para dinâmicas coercivas e violação conjugal (Moura et al., 2021).

Outro papel importante que as crenças legitimadoras da violência desempenham é o de regulação da relação. Estas permitem que os parceiros reinterpretem os comportamentos violentos praticados como sendo discussões normais e do quotidiano, ou até, em alguns casos mais extremos, manifestações de amor ou preocupação (Cunha et al., 2024; Lemos et al., 2023). Nos casos em que existe agressão mútua ou bi-direcionalidade, esta acaba por diluir as responsabilidades individuais, legitimando a violência como uma ferramenta válida para a resolução de conflitos e problemas (Almeida et al., 2023; Cunha et al., 2024; Zancan & Habigzang, 2018).

Ainda que o interesse e o número de investigações sobre a violência conjugal tenham crescido significativamente nas últimas décadas, o estudo do papel das crenças legitimadoras tem sido deixado para segundo plano. Uma das principais lacunas identificadas é a ausência de uma conceptualização consensual do constructo. Frequentemente, estas crenças são integradas de forma indistinta noutros conceitos próximos, tais como mitos sobre a violência conjugal (Cinquegrana et al., 2022), atitudes face aos papéis de género ou normas culturais de aceitação da agressão (Almeida et al., 2023; Cunha et al., 2024; Ferrer-Pérez et al., 2019; Moura et al., 2021). Esta sobreposição conceptual compromete a comparabilidade dos estudos e limita a compreensão do modo como estas crenças atuam ao longo do tempo e em diferentes contextos relacionais.

Esta discrepância metodológica é também a principal responsável pelo aceso debate sobre a simetria de género no que diz respeito à perpetração da violência nas relações. Hardesty e Ogolsky (2020) alertam que a forma como se avalia o fenómeno altera necessariamente os resultados. Investigações que recorrem a checklists comportamentais, focando-se apenas na contagem da presença, tipologia ou frequência de atos violentos, tendem a reportar uma simetria na violência perpetrada entre sexos. Em contraste, estudos que utilizam metodologias e questionários mais complexos, detalhando os contextos, motivações e consequências da violência (como danos físicos graves ou vitimização sexual), tendem a replicar a assimetria apontada pelos relatórios criminais, onde as mulheres surgem destacadas como as principais vítimas.

Diretamente ligada a esta questão está o enviesamento na seleção das amostras. Investigações ancoradas numa perspetiva feminista recorrem tipicamente a amostras com elevados índices de violência grave (e.g., mulheres em casas de abrigo ou homens em programas judiciais de reabilitação). Por outro lado, investigadores que adotam modelos de conflito familiar tendem a

estudar amostras comunitárias e representativas de casais na população geral. O recurso a amostras tão díspares para analisar o mesmo fenómeno é um dos principais motores das inconsistências reportadas sobre a simetria de género (Filipe, 2013).

Adicionalmente, Hardesty e Ogolsky (2020) sublinham a limitação central da "natureza do informante". A esmagadora maioria dos estudos atuais depende do autorrelato de um único informante, que reporta simultaneamente a violência perpetrada e a sofrida. Os autores defendem que as investigações deveriam recolher dados de ambos os elementos da díade amorosa, embora os níveis de concordância costumem ser baixos, o que reflete a subjetividade das experiências vividas e a complexidade de aferir a real bidirecionalidade da violência (ou seja, se a agressão é mutuamente perpetrada em simultâneo, se ocorre em momentos distintos ou se é estritamente unidirecional) (Almeida et al., 2023; Du, 2021; Lemos et al., 2023; Machado et al., 2019; Neves et al., 2019; Paixão et al., 2018; Zancan & Habigzang, 2018).

No contexto português, as lacunas assumem também um carácter prático e institucional. À semelhança de outras nações ocidentais, Portugal evidencia dificuldades na integração dos homens num papel que não o de agressor. Machado e colaboradores (2019) reportam a existência de discriminação, descrença e ridicularização institucional face a homens que procuram ajuda enquanto vítimas, o que perpetua a invisibilidade do fenómeno. Por último, importa notar a insuficiência de estudos nacionais que incluam a regulação emocional e as distorções cognitivas como mediadores da violência em populações não clínicas. Embora esteja estabelecido que o humor depressivo, a baixa autoestima e o medo da rejeição se correlacionam com a perpetração de abuso, a transferência destes achados para programas de reabilitação e prevenção primária fora do sistema judicial permanece escassa (Filipe, 2023).

Por estes motivos, torna-se evidente que a mera identificação da presença ou ausência de comportamentos violentos é insuficiente para uma resposta holística ao problema, sendo fundamental uma análise rigorosa das estruturas cognitivas e crenças que o suportam.

4. Método

Participantes

A constituição da amostra recorreu a uma técnica de amostragem não probabilística por conveniência. Os critérios de inclusão definidos foram: (a) consentimento livre e esclarecido; (b) idade igual ou superior a 18 anos; (c) experiência prévia ou atual numa relação íntima; (d) domínio da língua portuguesa; e (e) literacia informática para preenchimento do questionário.

Constituída por 351 participantes, 268 (76,4%) são do sexo feminino e 82 ou 23,4% do sexo masculino, havendo o registo de um participante (0,3%) que preferiu não responder ou não se identificar com as opções anteriores. No que diz respeito à sexualidade, a amostra na sua maioria apresenta-se como exclusivamente heterossexual com 270 participantes (76,9%), sendo que os restantes 22,8%(n=80) admitem ter uma sexualidade mais fluida entre bissexualidade e homossexualidade e um participante (0,3%) considerando-se assexual.

Dos 351 participantes neste estudo, 317 (90,3%) são de nacionalidade portuguesa, 13 (3,7%) são de nacionalidade brasileira e os restantes 6%(n=21) incluem nacionalidades como alemães, angolanos, italianos, moldavos, entre outras.

No que diz respeito ao nível de escolaridade 149 indivíduos (42,5%) têm a licenciatura concluída, 95 (27,1%) concluíram o ensino secundário, 83 (23,6%) possuem o nível de mestre, 9 indivíduos (2,6%) possuem o 2º ciclo de escolaridade. As categorias de menor representatividade são o 1.º Ciclo, Doutoramento e ensino profissional (Bacharelato ou CTESP) que totalizam, em conjunto, cinco participantes (1,4% da amostra). A nível profissional, 142 participantes (40,5%) estão empregados por conta de outrem, 116 (33%) dos participantes são estudantes e 56 (16%) são trabalhadores-estudantes. Os participantes desempregados representam 9,7% da amostra com 34 indivíduos e 3 (0,9%) estão a trabalhar por conta própria.

Relativamente à zona de residência, Faro destaca-se como o distrito mais representado (n = 95; 27,1%), seguido de perto pelo Porto (n = 90; 25,6%). Lisboa e Braga apresentam frequências de 7,7% (n = 27) e 7,1% (n = 25), respetivamente. Os distritos de Coimbra e Santarém registaram 11 indivíduos cada (3,1%), seguidos por Setúbal com nove (2,6%). Com menor expressão, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores apresentam sete participantes cada (2,0%), enquanto a Guarda conta com seis (1,7%) e Portalegre com

cinco (1,4%). Finalmente, Beja, Bragança e Vila Real apresentam a menor representatividade, com quatro indivíduos cada (1,1%).

Em detrimento do rendimento bruto do agregado familiar, optou-se por avaliar a perceção dos participantes sobre o seu nível socioeconómico. Esta métrica foi considerada um indicador robusto de segurança económica, uma vez que a mesma “reflete não apenas os recursos financeiros efetivamente disponíveis, mas também a confiança dos indivíduos em satisfazer as necessidades financeiras atuais e futuras” (Organisation for Economic Co-operation and Development., 2013, p. 172), permitindo uma compreensão mais holística do bem-estar económico. Sendo que 188 (53.6%) participantes indicam ter um nível médio, 84 (23.9%) acreditam estar num nível médio-baixo, 53 (15.1%) posicionaram-se no nível médio-alto, 19 participantes (5.4%) classificaram-se como tendo um nível baixo, e, finalmente, 7 participantes (2.0%) afirmaram ter um nível alto.

Ao analisar a amostra no que diz respeito ao estado civil, a maioria encontra-se solteira com 283 participantes (80,6%), 59 participantes (16,8%) estão casados e/ou em união de facto, 8 participantes (2,3%) dos participantes estão divorciados/separados e por fim um (0.3%) está viúvo/a.

Quando questionados se se encontram atualmente num relacionamento íntimo, 221 participantes (63%) referem estar num relacionamento íntimo, enquanto 130 (37%), não se encontram num relacionamento íntimo atualmente. No que concerne à duração das relações dos 221 participantes que reportaram estar atualmente num relacionamento íntimo, o tempo de relação varia entre um mínimo de 10 meses e um máximo de 19 anos ($M = 4,44$ anos; $DP = 3,86$). Relativamente à dinâmica habitacional destes mesmos 221 participantes, verifica-se um equilíbrio na amostra: 51,1% ($n = 113$) não coabitam com o parceiro, enquanto os restantes 48,9% ($n = 108$) partilham residência. Por fim, no que concerne à questão sobre a existência de uma componente sexual na relação, a quase totalidade destes 221 participantes ($n = 216$; 97,7%) indicou que o seu relacionamento inclui essa dimensão, por oposição a cinco participantes (2,3%) que afirmaram o contrário.

Instrumentos

Para a recolha de dados, foi construído um protocolo de avaliação online composto por uma secção inicial de caracterização da amostra e por dois instrumentos de autorrelato validados para a população portuguesa.

Numa primeira fase, aplicou-se um Questionário Sociodemográfico e Relacional, desenvolvido especificamente para a presente investigação, com o intuito de recolher informações como a idade, o sexo, a orientação sexual, as habilitações literárias, bem como variáveis inerentes à dinâmica relacional dos participantes (e.g., estado civil, duração da relação, coabitação e existência de componente sexual).

Para avaliar as crenças sobre a violência conjugal, foi utilizada a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC), desenvolvida por Machado e colaboradores (2008). Este instrumento procura medir as crenças que suportam, legitimam ou minimizam a violência conjugal. É composta por 25 itens respondidos numa escala de formato Likert de 5 pontos (onde 1 = Discordo totalmente e 5 = Concordo totalmente), tendo como limite mínimo de 25 e um limite máximo de 125 pontos. A escala divide-se em quatro fatores: (1) Legitimação e Banalização da violência leve; (2) Legitimação da violência devido ao comportamento da mulher; (3) Legitimação da violência atribuída a fatores externos; e (4) Legitimação da violência em prol da privacidade familiar. Na sua validação original, o coeficiente Alfa de Cronbach foi de 0,93, indicando um elevado nível de consistência interna. No presente estudo a amostra apresenta um alfa de Cronbach de 0,95, indicando uma forte consistência interna entre os itens analisados.

Ainda que não tenha sido utilizada para a presente investigação, é de notar que a avaliação das estratégias de resolução de conflitos e a prevalência de diferentes formas de abuso, recorreu-se à Escala de Táticas de Conflito Revisadas (CTS-2), adaptada e validada para a população portuguesa por Paiva e Figueiredo (2006). Por fim, e de forma a avaliar a bidirecionalidade das agressões, utilizou-se o item complementar integrado no CTS2 relativo à iniciação da violência física, aqui designado por item 79, da seguinte forma: “Se bateu no seu ex-companheiro/a, ou se o seu ex-companheiro/a lhe bateu, pense na última vez em que isso aconteceu. Quem foi o primeiro a bater?”. As opções de resposta permitiam identificar três situações: (1) o/a participante iniciou a agressão; (2) o/a ex-companheiro/a iniciou a agressão; (3) não ocorreu agressão física na relação.

Procedimento

O presente estudo adotou uma abordagem quantitativa, assente num desenho não-experimental, transversal, correlacional e explicativo. A investigação foi integrada num projeto de investigação mais amplo no âmbito da Violência no Namoro, tendo obtido a devida aprovação por parte da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (referência FCHS/MVCN- 627/24).

A recolha de dados iniciou-se com a apresentação de um termo de consentimento informado, no qual foram assegurados o anonimato e a confidencialidade das respostas, em estrita conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). O protocolo de avaliação foi aplicado em formato digital, encontrando-se alojado na plataforma online Google Forms, e a sua divulgação decorreu através de diferentes meios digitais, nomeadamente redes sociais e listas de correio eletrónico institucionais. A participação foi voluntária e sem lugar a compensação monetária. De forma a garantir a qualidade dos dados recolhidos, respostas incompletas ou duplicadas foram excluídas da análise. No final do questionário foram disponibilizadas informações sobre a violência nos relacionamentos íntimos e contactos institucionais e entidades de apoio à vítima dada a natureza da investigação.

Análise de Dados

Os dados recolhidos foram exportados e analisados com o software IBM SPSS 29.0 (Statistical Package for the Social Sciences). Para dar resposta aos objetivos específicos da investigação e compreender quais as variáveis que melhor preveem e explicam a adesão a estas crenças legitimadoras da violência, foram realizadas análises de regressão linear múltipla e uma análise comparativa de médias ANOVA. A opção metodológica por modelos de regressão múltipla em vez de sucessivas regressões simples e exploratórias deve-se essencialmente à necessidade de isolar o contributo único verdadeiro de cada preditor. Ou seja, através desta abordagem foi possível controlar a covariância entre as variáveis sociodemográficas, reduzindo assim o risco de encontrar falsos positivos ou perder variáveis relevantes através dos efeitos de supressão (Marôco, 2018). Mais se acrescenta, que dado ao elevado número de variáveis presentes em estudo, ainda que se optasse pela metodologia exploratória, mostrar-se-ia difícil uma correta e aprofundada interpretação de todos os resultados, devido ao limite espacial imposto pelo presente formato da investigação.

A base de dados necessitou de tratamento prévio para garantir que todas as variáveis independentes relevantes pudessem ser utilizadas nas provas estatísticas de regressão múltipla. As variáveis de natureza contínua (idade e percepção do nível socioeconómico) e ordinal (nível de escolaridade) foram conservadas no seu formato métrico original. Os casos isolados de escolaridade classificados como "Outro" ($n = 5$) foram omitidos.

De seguida reorganizaram-se as variáveis nominais que apresentavam mais do que uma possibilidade de resposta. Por exemplo, a situação profissional foi agregada em três grupos: 1) estudantes, 2) empregados/ativos e 3) desempregados/reformados. Da mesma forma, a orientação sexual foi recodificada em três diferentes categorias: 1) heterossexual, 2) homossexual e 3) plurissexual (onde foram agrupados os indivíduos com uma sexualidade fluida e pansexualidade). Uma vez que esta amostra contava apenas com um único participante identificado como assexual, este foi recodificado como valor omissivo. No que diz respeito ao estado civil, os participantes foram agrupados em quatro categorias: 1) solteiros, 2) casados, 3) viúvos e 4) divorciados/separados.

Por fim, e de forma a permitir a sua inclusão nos modelos de regressão, as variáveis nominais foram transformadas em *dummy variables*, 0 e 1. No caso das variáveis com múltiplas categorias mencionadas anteriormente, aplicou-se o método de referência, criando $k - 1$ variáveis *dummy*. Para este efeito, definiram-se como categorias de referência os indivíduos solteiros (para o estado civil), os empregados (para a situação profissional) e os heterossexuais (para a orientação sexual). As variáveis inerentemente dicotómicas (e.g., sexo, estar atualmente numa relação íntima, ter tido uma relação íntima no passado, coabitar com o parceiro e existir componente sexual na relação) foram igualmente convertidas para formato binário, onde 0 representa o grupo de referência (e.g., sexo masculino, não ter relação) e 1 a presença da característica (e.g., sexo feminino, ter relação).

A análise estatística consistiu no cruzamento destas 16 variáveis independentes com as 5 variáveis dependentes em estudo: Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e os seus quatro fatores individuais ilustrados anteriormente. De forma a maximizar a retenção da amostra e evitar a perda massiva de dados devido à função de *listwise deletion*, a análise preditiva para cada uma das VDs foi estrategicamente dividida em dois blocos de regressão diferentes. Uma vez que cerca de 130 participantes não se encontravam num relacionamento íntimo atual, estes não possuíam dados nas três variáveis correspondentes às dinâmicas do casal (duração da relação, coabitação e

componente sexual). A inclusão simultânea de todas as variáveis num modelo único resultaria na exclusão integral destes 130 participantes de toda a análise, devido à presença de valores omissos naquelas três dinâmicas relacionais. Por esse motivo, procedeu-se à separação das VIs da seguinte forma:

O primeiro bloco, doravante denominado Modelo 1 (sociodemográfico), utilizou a amostra na sua totalidade ($n = 351$) para testar o efeito de nove variáveis independentes sobre as crenças legitimadoras da violência: idade, percepção de nível socioeconómico, escolaridade, sexo, estado civil, situação profissional, orientação sexual, relacionamento íntimo atual e histórico relacional.

O segundo bloco, designado como Modelo 2 (dinâmicas relacionais), incluiu exclusivamente a subamostra dos participantes que se encontravam atualmente numa relação íntima ($n = 221$), avaliando o efeito preditivo das restantes três variáveis: duração da relação, coabitação e presença de componente sexual.

A adequação destes modelos de regressão foi atestada pela verificação dos pressupostos estatísticos. Assegurou-se a ausência de multicolinearidade severa através da análise dos valores de Tolerância e do Fator de Inflação da Variância (VIF). Avaliou-se a normalidade da distribuição dos resíduos mediante a inspeção visual de histogramas e gráficos P-P Normal. Nos residuais desvios a este pressuposto, assumiu-se a robustez do modelo linear amparada pelo Teorema do Limite Central, justificada pela extensa dimensão da amostra ($N > 30$) (Almeida, 2019).

Por último, para responder ao terceiro objetivo de investigação, que se propõe a perceber se a experiência e o papel assumido numa dinâmica de violência influenciam as crenças de legitimação da violência, abandonou-se a modelagem de regressão em prol da análise comparativa de médias. Esta escolha permitiu explorar as diferenças teóricas de forma mais direta e, ao mesmo tempo, proteger da assimetria no tamanho dos grupos criados dentro desta variável (item 79). Para atingir este fim, a variável nominal referente à dinâmica de violência (Item 79) foi cruzada com a ECVC e os seus quatro fatores individuais. Nesta análise específica, a amostra incluiu 269 participantes. A redução da amostra ($n = 82$) deve-se à exclusão automática de casos com valores omissos (non-responses), ou seja, participantes que optaram por não responder ao item. Este fenómeno deve-se à formulação do item, que remete para eventos violentos vividos numa ex relação. Participantes que não tiveram uma relação amorosa anterior, ou que a sua relação amorosa

atual não tenha terminado, não poderiam responder a esta questão, excluindo-os automaticamente da análise estatística.

Face ao incumprimento do pressuposto da homogeneidade das variâncias (Teste de Levene, $p < .001$) também expectável dada a forte assimetria na dimensão dos três grupos, utilizou-se a Análise de Variância (ANOVA) de Welch (Testes Robustos de Igualdade de Médias), complementada pelo teste post-hoc de Games-Howell para as comparações múltiplas.

5. Resultados

Modelos Preditivos para as Crenças sobre Violência Conjugal (Score Total)

Com o objetivo de analisar os preditores das crenças de legitimação da violência conjugal (score total da ECVC), conduziram-se duas regressões lineares múltiplas hierárquicas a primeira focada nas características sociodemográficas (Modelo 1) e a segunda nas dinâmicas relacionais (Modelo 2).

Previamente à interpretação, procedeu-se à verificação dos pressupostos estatísticos. Em ambos os modelos, a análise dos valores de Tolerância (todos $> ,50$) e do Fator de Inflação da Variância ($VIF < 2,00$) confirmou a ausência de problemas de multicolinearidade. A inspeção visual dos histogramas e dos gráficos P-P Normal dos resíduos revelou a presença de uma assimetria positiva, desvio à normalidade expectável nesta tipologia de escalas (onde a maioria pontua baixos níveis de legitimação). A análise prosseguiu assumindo a robustez do teste paramétrico face à dimensão das amostras, ancorada no Teorema do Limite Central (Almeida, 2019).

O Modelo 1, referente aos 13 preditores sociodemográficos ($n = 346$), revelou-se estatisticamente significativo, $F(13, 332) = 4,38, p < ,001$, explicando 14,6% da variância total das crenças ($R^2 = ,15$; R^2 ajustado = ,11). A análise dos coeficientes confirmou que o sexo feminino atua como o preditor negativo mais forte ($\beta = -,25, t = -4,81, p < ,001$), explicando isoladamente 6,0% da variância do modelo ($sr^2 = ,060$). Isto indica que as mulheres apresentam níveis significativamente mais baixos de legitimação da violência em comparação com os homens. A idade revelou-se também um preditor negativo significativo ($\beta = -,16, t = -2,39, p = ,018$; $sr^2 = ,015$), demonstrando que o avançar da idade se associa a uma menor legitimação global. Em contraste, ser divorciado/separado assumiu-se como um preditor positivo significativo ($\beta = ,15, t = 2,88, p = ,004$; $sr^2 = ,021$), associando-se a uma maior justificação da violência. As restantes variáveis, incluindo ter uma relação íntima atual, não revelaram capacidade preditiva ($p > ,05$).

Relativamente ao Modelo 2, que testou as dinâmicas relacionais ($n = 221$), os resultados demonstraram que o modelo global não é estatisticamente significativo, $F(3, 217) = 1,19, p = ,315$. Consequentemente, a proporção de variância explicada é residual ($R^2 = ,02$; R^2 ajustado = ,00), i.e., estas variáveis não têm influência nos níveis totais de legitimação da violência.

Tabela 1

Modelos Preditivos para as Crenças sobre Violência Conjugal (Score Total)

Preditores	<i>B</i>	<i>EP</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>sr</i> ²
Modelo 1: Sociodemográfico (<i>N</i> = 346)						
(Constante)	52,43	5,84		8,97	<,001	
Idade	-0,46	0,19	-0,16	-2,39	0,018	0,015
Nível de Escolaridade	-0,03	0,79	0,00	-0,04	0,965	0
Nível Socioeconómico	0,47	0,88	0,03	0,53	0,595	0,001
Sexo (Feminino)	-7,71	1,6	-0,25	-4,81	<,001	0,06
Relação Íntima Atual (Sim)	0,45	1,48	0,02	0,30	0,762	0
Tem Ex-Relação Íntima	-2,97	1,62	-0,10	-1,84	0,067	0,009
Estado Civil: Casado	3,15	2,15	0,09	1,47	0,144	0,005
Estado Civil: Divorciado/Separado	13,03	4,52	0,15	2,88	0,004	0,021
Estado Civil: Viúvo	-15,89	12,64	-0,07	-1,26	0,21	0,004
Orientação: Homossexual	2,93	5,12	0,03	0,57	0,568	0,001
Orientação: Fluida	-1,98	1,63	-0,06	-1,22	0,225	0,004
Situação Profissional: Estudante	-1,96	1,59	-0,08	-1,24	0,217	0,004
Situação Profissional: Desempregado	-3,64	2,44	-0,08	-1,49	0,137	0,006

Ajuste do Modelo 1

$$R^2 = 0,15$$

$$F = 4,38^{***}$$

Modelo 2: Dinâmicas Relacionais
(*N* = 221)

(Constante)	40,92	5,14		7,96	<,001	
Duração do Relacionamento	-0,13	0,22	-0,04	-0,57	0,57	0,00

Coabitação (Sim)	2,12	1,69	0,09	1,25	0,212	0,007
Componente Sexual (Sim)	-6,82	5,13	-0,09	-1,33	0,19	0,01

Ajuste do Modelo 2

$$R^2 = 0,02$$

$$F = 1,19$$

*Nota. B = Coeficientes não padronizados; EP = Erro padrão; β = Coeficientes padronizados; sr^2 = Correlação semiparcial ao quadrado (proporção de variância única). *** $p < ,001$.*

Fator 1: Legitimação e Banalização da Pequena Violências

Para avaliar o impacto preditivo das variáveis sociodemográficas e das dinâmicas relacionais sobre a legitimação e banalização da pequena violência (Fator 1), recorreu-se a dois modelos de regressão linear múltipla.

A análise prévia dos pressupostos estatísticos confirmou a adequabilidade dos dados para ambos os modelos. O diagnóstico de multicolinearidade revelou valores de Tolerância superiores a $\underline{.50}$ e valores de *VIF* (Fator de Inflação da Variância) inferiores a 2,00 para todas as variáveis, descartando problemas de colinearidade. A observação dos histogramas e dos gráficos P-P Normal dos resíduos evidenciou a presença de uma assimetria positiva, traduzindo a tendência da amostra para pontuar baixos níveis de banalização da violência. Atendendo à dimensão das amostras, a robustez da regressão linear foi assumida com base no Teorema do Limite Central (Almeida, 2019).

O Modelo 1, composto pelas variáveis sociodemográficas ($N = 346$), que procura testar o efeito das VI sobre as crenças legitimadoras da violência, demonstrou significância estatística, $F(13, 332) = 4,10, p < ,001$, explicando 13,8% da variância associada ao Fator 1 ($R^2 = ,14$; R^2 ajustado = ,10). A avaliação dos contributos individuais revelou que o sexo feminino se mantém como o principal preditor negativo ($\beta = -,25, t = -4,81, p < ,001$), explicando isoladamente 6,0% da variância do modelo ($sr^2 = ,060$), o que indica que as mulheres apresentam níveis significativamente mais baixos de legitimação da violência em comparação com os homens. A idade também obteve significância estatística como preditor negativo ($\beta = -,15, t = -2,18, p = ,030$; $sr^2 = ,012$), indicando que os mais velhos banalizam menos a pequena violência. O estado civil de divorciado/separado assumiu-se, novamente, como um preditor positivo significativo ($\beta = ,17, t = 3,21, p = ,001$; $sr^2 =$

,027), associando-se a uma maior legitimação desta dimensão. As restantes variáveis sociodemográficas, incluindo ter ou não uma relação íntima atual, não revelaram capacidade preditiva ($p > ,05$).

O Modelo 2, que analisou o impacto das dinâmicas relacionais ($n = 221$), mais uma vez não obteve significância estatística global, $F(3, 217) = 0,68, p = ,562$. O poder explicativo deste bloco de variáveis foi residual e não significativo ($R^2 = ,01$; R^2 ajustado = -,00). Consequentemente, o Modelo 2 não demonstrou influência significativa sobre a banalização da pequena violência.

Tabela 2

Modelos Preditivos do fator 1 da ECVC - Legitimação e Banalização da violência leve

Preditores	<i>B</i>	<i>EP</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>sr</i> ²
Modelo 1: Sociodemográfico ($N = 346$)						
(Constante)	19,52	2,38		8,20	<,001	
Idade	-0,17	0,08	-0,15	-2,18	0,03	0,012
Nível de Escolaridade	-0,06	0,32	-0,01	-0,18	0,854	0
Nível Socioeconómico	0,12	0,36	0,02	0,33	0,74	0
Sexo (Feminino)	-3,14	0,65	-0,25	-4,81	<,001	0,06
Relação Íntima Atual (Sim)	0,18	0,6	0,02	0,30	0,767	0
Tem Ex-Relação Íntima	-0,68	0,66	-0,05	-1,04	0,3	0,003
Estado Civil: Casado	1,28	0,87	0,09	1,46	0,144	0,006
Estado Civil: Divorciado/Separado	5,92	1,84	0,17	3,21	0,001	0,027
Estado Civil: Viúvo	-5,18	5,15	-0,05	-1,01	0,315	0,003
Orientação: Homossexual	2,12	2,09	0,05	1,01	0,31	0,00
Orientação: Fluida	-0,45	0,66	-0,03	-0,68	0,495	0,001
Situação Profissional: Estudante	-1,01	0,65	-0,10	-1,56	0,12	0,006
<i>Situação Profissional: Desempregado</i>	<i>-1,15</i>	<i>1,00</i>	<i>-0,07</i>	<i>-1,16</i>	<i>0,25</i>	<i>0,00</i>

Ajuste do Modelo 1

$$R^2 = 0,14$$

$$F = 4,10^{***}$$

Modelo 2: Dinâmicas Relacionais
(N = 221)

(Constante)	14,1	2,1		6,72	<,001	
Duração do Relacionamento	-0,05	0,09	-0,04	-0,53	0,596	0,001
Coabitação (Sim)	0,75	0,69	0,08	1,09	0,276	0,005
Componente Sexual (Sim)	-1,78	2,09	-0,06	-0,85	0,395	0,003

Ajuste do Modelo 2

$$R^2 = 0,01$$

$$F = 0,68$$

Nota. B = Coeficientes não padronizados; EP = Erro padrão; β = Coeficientes padronizados; sr^2 = Correlação semiparcial ao quadrado (proporção de variância única). *** $p < ,001$.

Fator 2: Legitimação da violência devido ao comportamento da mulher

Dando continuidade à análise preditiva, testou-se o impacto das características sociodemográficas e das dinâmicas relacionais sobre a legitimação da violência baseada na conduta da mulher (Fator 2). Para o efeito, foram executados dois modelos de regressão linear múltipla.

A validação dos pressupostos confirmou a ausência de multicolinearidade, com os indicadores de Tolerância a apresentarem valores superiores a ,50 e os valores de *VIF* a situarem-se abaixo de 2,00. À semelhança dos modelos anteriores, a análise gráfica dos resíduos (histograma e gráfico P-P Normal) evidenciou uma distribuição com assimetria positiva. A robustez da regressão face a este desvio da normalidade foi assumida com base na dimensão adequada da amostra, em consonância com o Teorema do Limite Central (Almeida, 2019).

O Modelo 1, relativo aos determinantes sociodemográficos ($N = 346$), demonstrou ser altamente significativo, $F(13, 332) = 5,45$, $p < ,001$. Este modelo apresentou a maior capacidade explicativa observada até ao momento, justificando 17,6% da variância da

legitimação pela conduta da mulher ($R^2 = ,18$; R^2 ajustado = $,14$). A análise individual dos coeficientes confirmou o sexo como o principal preditor negativo ($\beta = -,29$, $t = -5,62$, $p < ,001$), indicando uma rejeição significativamente superior por parte das mulheres, explicando de forma isolada 7,8% da variância ($sr^2 = ,078$). A idade manteve a sua significância como preditor negativo ($\beta = -,14$, $t = -2,03$, $p = ,043$; $sr^2 = ,010$), indicando uma menor legitimação da violência devido ao comportamento da mulher à medida que se fica mais velho. O estado civil divorciado/separado emergiu novamente como um preditor positivo significativo ($\beta = ,15$, $t = 2,86$, $p = ,004$; $sr^2 = ,020$), associando-se a uma maior propensão para culpar a conduta da mulher. Os restantes fatores não revelaram significância estatística ($p > ,05$).

O Modelo 2, focado nas dinâmicas relacionais ($N = 221$), não obteve significância estatística global, $F(3, 217) = 1,24$, $p = ,298$, explicando apenas 1,7% da variância do Fator 2 ($R^2 = ,02$; R^2 ajustado = $,00$). Segundo os resultados obtidos do Modelo 2, é possível começar a notar uma tendência de estas variáveis estruturais da relação não afetam este tipo de crenças.

Tabela 3

Modelos Preditivos do fator 2 da ECVC - Legitimação da violência devido ao comportamento da mulher

Preditores	<i>B</i>	<i>EP</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	sr^2
Modelo 1: Sociodemográfico ($N = 346$)						
(Constante)	21,04	2,46		8,54	<,001	
Idade	-0,16	0,08	-0,14	-2,03	0,043	0,01
Nível de Escolaridade	0	0,33	0,00	-0,01	0,993	0
Nível Socioeconómico	0,24	0,37	0,03	0,64	0,526	0,001
Sexo (Feminino)	-3,8	0,68	-0,29	-5,62	<,001	0,078
Relação Íntima Atual (Sim)	0,51	0,63	0,05	0,82	0,414	0,002
Tem Ex-Relação Íntima	-1,32	0,68	-0,10	-1,94	0,053	0,009
Estado Civil: Casado	1,13	0,91	0,08	1,25	0,212	0,004
Estado Civil: Divorciado/Separado	5,46	1,91	0,15	2,86	0,004	0,02

Crenças Legitimadoras da Violência nas Relações de Intimidade: O Impacto das Variáveis Sociodemográficas e Dinâmicas Relacionais

Estado Civil: Viúvo	-6,7	5,33	-0,07	-1,26	0,209	0,004
Orientação: Homossexual	1,17	2,16	0,03	0,54	0,59	0,00
Orientação: Fluida	-1,24	0,69	-0,09	-1,8	0,073	0,008
Situação Profissional: Estudante	-1,12	0,67	-0,10	-1,67	0,095	0,007
Situação Profissional: Desempregado	-1,61	1,03	-0,09	-1,57	0,12	0,01

Ajuste do Modelo 1

$$R^2 = 0,18$$

$$F = 5,45^{***}$$

Modelo 2: Dinâmicas Relacionais
(N = 221)

(Constante)	14,33	2,26		6,36	<,001	
Duração do Relacionamento	-0,04	0,1	-0,03	-0,45	0,654	0,001
Coabitação (Sim)	1,34	0,74	0,14	1,80	0,073	0,015
Componente Sexual (Sim)	-1,07	2,25	-0,03	-0,48	0,634	0,001

Ajuste do Modelo 2

$$R^2 = 0,02$$

$$F = 1,24$$

Nota. B = Coeficientes não padronizados; EP = Erro padrão; β = Coeficientes padronizados; sr^2 = Correlação semiparcial ao quadrado (proporção de variância única). *** $p < ,001$.

Fator 3: Legitimação da violência atribuída a fatores externos

Para a dimensão que avalia a legitimação da violência ancorada em causas externas (Fator 3), foram estimados os dois modelos preditivos hierárquicos.

A avaliação das premissas estatísticas revelou resultados adequados. Os indicadores de Tolerância ($> ,50$) e *VIF* ($< 2,00$) garantiram a ausência de multicolinearidade. A análise visual dos resíduos através do histograma e do gráfico P-P Normal indicou uma distribuição tendencialmente simétrica, evidenciando uma melhor adequação à curva

normal em comparação com os fatores anteriores. O recurso à regressão linear manteve-se sustentado pelos pressupostos de robustez.

O Modelo 1 ($N = 346$), focado nos determinantes sociodemográficos, revelou-se estatisticamente significativo, $F(13, 332) = 3,78, p < ,001$, explicando 12,9% da variância do fator ($R^2 = ,13$; R^2 ajustado = ,10). A desagregação dos contributos demonstrou que o sexo atua como o principal preditor negativo ($\beta = -,21, t = -3,87, p < ,001$), indicando que o sexo feminino legitima menos a violência por causas externas, com uma variância única de 3,9% ($sr^2 = ,039$). Destaca-se o surgimento da orientação sexual fluida como um preditor negativo significativo ($\beta = -,11, t = -2,04, p = ,042$), explicando 1,1% da variância ($sr^2 = ,011$), sugerindo que pessoas com orientações sexuais não normativas tendem a legitimar menos a violência causada por fatores externos. Ter uma ex-relação íntima revelou-se igualmente um preditor negativo ($\beta = -,12, t = -2,33, p = ,020$; $sr^2 = ,014$). Por seu turno, ser divorciado/separado assumiu-se como um preditor positivo significativo ($\beta = ,12, t = 2,28, p = ,023$; $sr^2 = ,014$), associando-se a uma maior justificação por fatores externos.

O Modelo 2 ($N = 221$), focado nas características estruturais e sexuais da relação, não obteve significância estatística global, $F(3, 217) = 1,46, p = ,227$, justificando apenas 2,0% da variância ($R^2 = ,02$; R^2 ajustado = ,01).

Tabela 4

Modelos Preditivos do fator 3 da ECVV - Legitimação da violência atribuída a fatores externos

Preditores	<i>B</i>	<i>EP</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>sr</i> ²
Modelo 1: Sociodemográfico ($N = 346$)						
(Constante)	25	2,83		8,85	<,001	
Idade	-0,17	0,09	-0,13	-1,86	0,064	0,009
Nível de Escolaridade	-0,35	0,38	-0,05	-0,91	0,363	0,002
Nível Socioeconómico	0,13	0,42	0,02	0,30	0,765	0
Sexo (Feminino)	-3	0,77	-0,21	-3,87	<,001	0,039
Relação Íntima Atual (Sim)	-0,18	0,72	-0,01	-0,25	0,802	0
Tem Ex-Relação Íntima	-1,82	0,78	-0,12	-2,33	0,02	0,014

Crenças Legitimadoras da Violência nas Relações de Intimidade: O Impacto das Variáveis Sociodemográficas e Dinâmicas Relacionais

Estado Civil: Casado	1,14	1,04	0,07	1,10	0,273	0,003
Estado Civil: Divorciado/Separado	4,99	2,19	0,12	2,28	0,023	0,014
Estado Civil: Viúvo	-8,42	6,11	-0,07	-1,38	0,169	0,005
Orientação: Homossexual	-0,43	2,47	-0,01	-0,17	0,863	0
Orientação: Fluida	-1,61	0,79	-0,11	-2,04	0,042	0,011
Situação Profissional: Estudante	-0,53	0,77	-0,04	-0,69	0,489	0,001
Situação Profissional: Desempregado	-2,21	1,18	-0,11	-1,87	0,062	0,009

Ajuste do Modelo 1

$$R^2 = 0,13$$

$$F = 3,78***$$

Modelo 2: Dinâmicas Relacionais
(N = 221)

(Constante)	21,07	2,63		8,00	<,001	
<i>Duração do Relacionamento</i>	-0,01	0,11	-0,01	-0,08	0,937	0
<i>Coabitação (Sim)</i>	0,59	0,87	0,05	0,69	0,494	0,002
<i>Componente Sexual (Sim)</i>	-5,06	2,63	-0,13	-1,93	0,056	0,017

Ajuste do Modelo 2

$$R^2 = 0,02$$

$$F = 1,46$$

Nota. *B* = Coeficientes não padronizados; *EP* = Erro padrão; β = Coeficientes padronizados; sr^2 = Correlação semiparcial ao quadrado (proporção de variância única). *** $p < ,001$.

Fator 4: Legitimação da violência em prol da privacidade familiar

Por fim, para compreender os preditores sociodemográficos e relacionais associados à legitimação da violência sob o pretexto da preservação da privacidade familiar (Fator 4), conduziram-se as duas regressões lineares múltiplas hierárquicas.

A validação dos pressupostos confirmou a ausência de multicolinearidade em ambos os modelos (Tolerância > ,50; $VIF < 2,00$). À semelhança dos Fatores 1 e 2, os histogramas e os gráficos P-P Normal evidenciaram uma distribuição dos resíduos com forte assimetria positiva, traduzindo um claro "efeito de chão" nas respostas, no qual a esmagadora maioria da amostra rejeita veementemente o encobrimento da violência. A análise prosseguiu assumindo a robustez associada ao tamanho da amostra (Teorema do Limite Central) (Almeida, 2019).

O Modelo 1 ($N = 346$), relativo ao bloco sociodemográfico, assumiu significância estatística, $F(13, 332) = 4,06, p < ,001$, explicando 13,7% da variância do fator ($R^2 = ,14$; R^2 ajustado = ,10). A interpretação dos coeficientes revelou, de forma consistente com os restantes modelos, que o sexo atua como o principal preditor negativo ($\beta = -,26, t = -4,84, p < ,001$), explicando isoladamente 6,1% da variância ($sr^2 = ,061$). As mulheres demonstram, assim, níveis significativamente mais baixos de legitimação alicerçada na privacidade. A idade apresentou-se igualmente como preditor negativo significativo ($\beta = -,16, t = -2,35, p = ,019$), evidenciando que participantes mais velhos legitimam menos esta dimensão ($sr^2 = ,014$). Em sentido inverso, o estado civil divorciado/separado emergiu como um preditor positivo significativo ($\beta = ,13, t = 2,49, p = ,013; sr^2 = ,016$), associando-se a uma maior justificação pelo resguardo familiar. Os restantes preditores não apresentaram significância estatística ($p > ,05$).

O Modelo 2 ($N = 221$), responsável por testar o impacto das dinâmicas relacionais nas crenças sobre a legitimação da violência, não obteve significância estatística, $F(3, 217) = 0,51, p = ,678$, explicando apenas 0,7% da variância observada ($R^2 = ,01; R^2$ ajustado = ,01).

Tabela 5

Modelos Preditivos do fator 4 da ECVC - Legitimação da violência em prol da privacidade familiar

Preditores	<i>B</i>	<i>EP</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	sr^2
------------	----------	-----------	---------	----------	----------	--------

Modelo 1: Sociodemográfico ($N =$

Crenças Legitimadoras da Violência nas Relações de Intimidade: O Impacto das Variáveis Sociodemográficas e Dinâmicas Relacionais

346)						
(Constante)	6,98	0,98		7,15	<,001	
Idade	-0,08	0,03	-0,16	-2,35	0,019	0,014
Nível de Escolaridade	0,1	0,13	0,04	0,73	0,469	0,001
Nível Socioeconómico	0,13	0,15	0,05	0,92	0,36	0,002
Sexo (Feminino)	-1,29	0,27	-0,26	-4,84	<,001	0,061
Relação Íntima Atual (Sim)	0,29	0,25	0,07	1,19	0,236	0,004
Tem Ex-Relação Íntima	-0,28	0,27	-0,06	-1,03	0,302	0,003
Estado Civil: Casado	0,62	0,36	0,11	1,72	0,086	0,008
Estado Civil: Divorciado/Separado	1,88	0,76	0,13	2,49	0,013	0,016
Estado Civil: Viúvo	-1,85	2,11	-0,05	-0,88	0,38	0,002
Orientação: Homossexual	1,13	0,85	0,07	1,32	0,186	0,005
Orientação: Fluida	0,18	0,27	0,04	0,67	0,501	0,001
Situação Profissional: Estudante	-0,4	0,27	-0,09	-1,52	0,13	0,006
Situação Profissional: Desempregado	-0,28	0,41	-0,04	-0,69	0,488	0,001
Ajuste do Modelo 1						
$R^2 = 0,14$						
$F = 4,06^{***}$						
Modelo 2: Dinâmicas Relacionais (N = 221)						
(Constante)	4,34	0,85		5,11	<,001	
Duração do Relacionamento	-0,03	0,04	-0,07	-0,94	0,35	0,00
Coabitação (Sim)	0,27	0,28	0,07	0,98	0,331	0,004
Componente Sexual (Sim)	0,5	0,85	0,04	0,59	0,559	0,002
Ajuste do Modelo 2						

$$R^2 = 0,01$$

$$F = 0,51$$

*Nota. B = Coeficientes não padronizados; EP = Erro padrão; β = Coeficientes padronizados; sr^2 = Correlação semiparcial ao quadrado (proporção de variância única). *** $p < ,001$.*

Efeito da Dinâmica de Agressão em Relações Passadas nas Crenças Legitimadoras

Com o intuito de explorar se a experiência prévia de violência conjugal e o papel assumido na mesma (se foi agressor, vítima ou houve ausência de histórico de violência) influenciam a legitimação da violência, recorreu-se à Análise de Variância (ANOVA).

A análise preliminar dos dados através do Teste de Levene revelou que o pressuposto da homogeneidade das variâncias não foi cumprido para nenhuma das variáveis dependentes (todos os $p < ,001$). Estes resultados podem ser explicados pela acentuada disparidade na dimensão e na dispersão dos grupos, uma vez que a grande maioria da amostra reportou não ter experienciado episódios de violência física ($n = 226$; $DP = 9,48$), contrastando com grupos substancialmente menores e com maior variabilidade nas respostas, nomeadamente as vítimas ($n = 28$; $DP = 18,58$) e os agressores ($n = 15$; $DP = 31,25$).

Para garantir o rigor estatístico perante esta heterogeneidade de variâncias e dimensão desigual dos grupos, optou-se pela utilização da ANOVA de Welch (Almeida, 2019).

A Análise de Variância revelou que não existem diferenças estatisticamente significativas no Score Total de legitimação da violência em função do papel assumido na dinâmica de agressão, $F(2, 25,31) = 2,11$, $p = ,142$. Os participantes que declaram ter iniciado a agressão apresentaram uma média ligeiramente superior ($M = 45,33$; $DP = 31,25$) em comparação às vítimas ($M = 40,79$; $DP = 18,58$) e aos participantes sem histórico de violência ($M = 34,89$; $DP = 9,48$).

O mesmo padrão verificou-se em todas as dimensões específicas da escala. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos ao nível da Legitimação e Banalização da Pequena Violência ($F(2, 25,23) = 1,69$, $p = ,204$), da Legitimação pela Conduta da Mulher ($F(2, 25,43) = 2,31$, $p = ,120$), da Atribuição a Causas Externas ($F(2, 25,84) = 1,76$, $p = ,192$) e da Preservação da Privacidade Familiar ($F(2, 25,14) = 2,36$, $p = ,115$).

Os presentes resultados sugerem que a experiência passada de envolvimento em episódios de violência física, independentemente do papel assumido nessa dinâmica, não constitui um fator discriminante nas crenças legitimadoras da violência conjugal na presente amostra.

Tabela 6

Diferenças nas crenças legitimadoras da violência em função do papel assumido em dinâmicas de agressão passada (ANOVA de Welch)

Variável	Eu bati primeiro (<i>n</i> = 15)	O parceiro bateu (<i>n</i> = 28)	Nunca aconteceu (<i>n</i> = 226)	<i>F</i> de Welch	<i>gl</i>	<i>p</i>
	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)			
Score Total - ECVC	45,33 (31,25)	40,79 (18,58)	34,89 (9,48)	2,11	2; 25,31	0,142
Fator 1: Pequena Violência	17,13 (12,96)	14,32 (7,78)	12,45 (3,75)	1,69	2; 25,23	0,204
Fator 2: Conduta da Mulher	17,80 (12,82)	16,75 (7,76)	13,96 (4,26)	2,31	2; 25,43	0,12
Fator 3: Causas Externas	19,13 (12,14)	19,32 (8,08)	16,59 (5,29)	1,76	2; 25,84	0,192
Fator 4: Privacidade Familiar	7,20 (5,56)	5,71 (3,29)	4,80 (1,46)	2,36	2; 25,14	0,115

Nota. n = tamanho da subamostra; M = Média; DP = Desvio Padrão; F = Estatística de Welch; gl = Graus de liberdade; p = Nível de significância estatística.

6. Discussão

O presente estudo teve como objetivo analisar as crenças legitimadoras da violência nas relações de intimidade e compreendendo o impacto que as diferentes variáveis sociodemográficas e das próprias dinâmicas relacionais têm. A presente investigação vem corroborar e ecoar, em grande parte, os resultados encontrados na literatura. Autores como Boaventura (2021), Cunha et al. (2024), Machado et al. (2019) e Zancan e Habigzang (2018), relatam que o sexo é dos principais fatores de risco para a perpetração da violência, sendo que os dados da presente investigação demonstram que indivíduos do sexo feminino apresentam níveis significativamente inferiores de legitimação da violência em comparação com os indivíduos do sexo masculino. Esta realidade poderá ser justificada pela interiorização dos papéis sociais e sociedades machistas, conferindo ao homem papéis de autoridade e posse que podem legitimar o uso da força como mecanismo de manutenção de poder (Bucheli & Rossi, 2019; da Silva 2017; Ferrer-Pérez et al., 2019; Hardesty & Ogolsky, 2020; da Silva et al., 2025; Moura et al., 2021; Paixão et al., 2018) e, um reflexo da prevalência e posição de maior vulnerabilidade das mulheres (Correia et al., 2015; Cunha et al., 2024; Machado et al., 2007; Zancan & Habigzang 2018). É também importante salientar que este fenômeno de menor legitimação da violência por parte das mulheres foi encontrado em todas as dimensões da Escala da ECVC incluindo o Score Total. Esta diferenciação foi particularmente evidente no Fator 2 “Legitimação da violência devido ao comportamento da mulher”, que sugere que as mulheres rejeitam a ideia de que a violência acontece devido ao seu comportamento. A variável idade no presente estudo revelou-se um preditor significativo, alinhando-se com a literatura que aponta para uma relação inversa entre a maturidade e a aceitação da violência (Almeida et al., 2023; Matos & Cláudio, 2010). Embora alguns autores sugiram que este efeito é mediado por valores tradicionais ou religiosos (Bucheli & Rossi, 2019), os dados aqui apresentados indicam que a idade exerce um impacto independente e determinante. Esta tendência sugere que o avançar do tempo poderá trazer consigo uma maior cristalização de atitudes críticas face ao abuso, possivelmente resultante da acumulação de experiências relacionais e de um maior desenvolvimento da inteligência emocional. Por outro lado, a maior legitimação encontrada nos estratos mais jovens da amostra pode refletir a persistência de mitos do amor romântico, onde comportamentos de controlo são frequentemente interpretados como manifestações de cuidado. No que diz respeito ao estado civil, este estudo traz uma nova perspectiva à problemática da violência

conjugal. Saavedra & Machado (2012), referem que indivíduos casados têm maior tendência a legitimar a violência, contudo, no presente estudo a realidade mostrou ser outra. Indivíduos divorciados ou separados apresentaram em todas as análises realizadas maiores níveis de legitimação da violência. Este achado pode ser interpretado à luz da Teoria do Mundo Justo (Lerner, 1980), existe a possibilidade de que indivíduos que vivenciaram rupturas relacionais, muitas vezes marcadas por conflitos severos ou dinâmicas abusivas, utilizem a legitimação como um mecanismo de defesa para restaurar o equilíbrio cognitivo e reduzir sentimentos de culpa ou fracasso pessoal. Ao racionalizar a violência como uma resposta a causas externas ou ao comportamento do outro, o indivíduo preserva a ilusão de controle sobre a realidade. Além disso, este fenômeno pode refletir a cristalização de esquemas mentais disfuncionais formados durante a relação, que operam de forma latente e enviesam a percepção da violência mesmo após o término do vínculo. Esta perspectiva parece se alinhar com os resultados quando observamos que a dimensão da ECVC que os divorciados mais pontuaram consiste na dimensão que diz respeito à legitimação da pequena violência, legitimação devido ao comportamento da mulher e privacidade familiar. Isto sugere que indivíduos separados podem ter desenvolvido uma postura rígida e considerar que os problemas do casal devem ser escondidos do escrutínio público ou do tribunal e por culpa do parceiro. No que concerne ao Fator 3, relativo à legitimação da violência por causas externas, este revelou-se a dimensão com maior diversidade de preditores significativos. Em linha com a evidência empírica, a existência de experiência relacional prévia apresentou uma associação inversa com a justificação do abuso (Dantas, 2023). Este achado sugere que indivíduos que já passaram por diferentes experiências afetivas tendem a atribuir menor peso a fatores situacionais como atenuantes da violência.

Sob a ótica do Modelo Ecológico, esta distinção é fundamental: enquanto indivíduos sem histórico relacional podem sobrevalorizar elementos do exossistema - como dificuldades financeiras ou o consumo de substâncias - para explicar o conflito. Indivíduos com maior experiência parecem situar o locus de responsabilidade no nível ontogenético. Esta transição de uma perspectiva centrada em fatores externos para uma visão focada na responsabilidade individual e na dinâmica do casal reflete, possivelmente, um amadurecimento dos esquemas cognitivos e uma menor permeabilidade a racionalizações que minimizam a gravidade da perpetração. Ainda na análise referente ao Fator 3 e, após o tratamento dos dados obtidos através do questionário, percebe-se que a orientação

sexual tem um impacto significativo. Ao contrário do que é comumente encontrado na literatura, a presente amostra com uma sexualidade fluida, apresenta níveis significativamente inferiores de legitimação da violência por causas externas (p.ex stress ou o consumo de substâncias) em comparação com indivíduos heterossexuais. Dado este resultado, cabe reconhecer que o enquadramento teórico da presente investigação incidiu essencialmente sobre as crenças legitimadoras da violência e não sobre as dinâmicas específicas de minorias sexuais. Por esse mesmo motivo, este achado adota um carácter exploratório, uma vez que a literatura recente aponta para o contrário daquilo que foi encontrado e uma possibilidade de investigação futura.

Outro resultado inesperado, também este por divergir do que é habitualmente reportado na literatura (Kovacs, 2018; Machado et al., 2007; Matos & Cláudio, 2010; Nerys, 2016), prende-se com a ausência de significância estatística das variáveis Nível Socioeconómico e Escolaridade. Esta observação poderá ser explicada pela elevada homogeneidade da amostra recolhida, na qual 66,1% dos participantes têm formação superior (licenciatura ou mestrado) e apenas 5,4% ($n = 19$) reporta um nível socioeconómico baixo. Este enviesamento na distribuição dos dados poderá ter condicionado a variabilidade necessária para a deteção de efeitos significativos nestas dimensões específicas. Esta descoberta pode também sugerir que a legitimação da violência não depende de fatores estruturais como é o caso do nível socioeconómico e escolaridade, mas sim de fatores já apresentados aquando referido o Macrossistema (Bucheli & Rossi, 2019; Hardesty & Ogolsky, 2020), como a socialização ou papéis de género (Machado et al., 2019; Yonfa et al., 2021; WHO, 2013).

No que concerne ao Modelo 2, focado no impacto das dinâmicas relacionais, diferentes estudos apontam para o facto da convivência diária e a interdependência poderem favorecer processos de habituação ou normalização do abuso (Araújo et al., 2024; Cerejo et al., 2025; Machado et al., 2014; Moura et al., 2021 e Paixão et al., 2018). Os resultados obtidos contrastam com a literatura encontrada tanto no score total da ECVC como nos fatores individuais. Enquanto a literatura aponta que a coabitação pode aumentar o risco de ocorrência de conflitos, os dados do presente estudo sugerem que a estrutura da relação não altera, por si só, as crenças nucleares dos indivíduos e por essa razão não possui capacidade preditiva sobre as crenças legitimadoras da violência.

Esta estabilidade das crenças pode ser atribuída à natureza duradoura dos esquemas mentais, que se formam precocemente e tendem a resistir a mudanças, mesmo perante

novas experiências relacionais. Adicionalmente, o tempo médio de relação da amostra (4,44 anos) e a idade jovem dos participantes podem não ter sido suficientes para gerar o efeito de habituação reportado em estudos com amostras de maior longevidade conjugal.

Por fim, e para responder ao terceiro objetivo da presente investigação, passou-se à análise comparativa de médias entre grupos. Embora não se tenham encontrado diferenças estatísticas significativas entre quem inicia a agressão, quem é vitimizado ou a ausência de violência na relação, é possível observar descritivamente uma média mais elevada nos scores de legitimação da violência naqueles que iniciam a agressão. Este resultado pode sugerir que a presença de violência nas relações, por si só, pode não ser o suficiente para diferenciar estruturas cognitivas de legitimação da violência. Isto reforça a ideia de que estas crenças são criadas e geridas por um conjunto mais complexo de variáveis sociodemográficas e sociais, e não só pelas próprias dinâmicas vividas.

7. Limitações do estudo

Apesar dos contributos desta investigação para a compreensão das crenças legitimadoras da violência, é importante ter em conta algumas fragilidades metodológicas. Em primeiro lugar, esta pesquisa assente num desenho não-experimental e transversal, tendo a seleção dos participantes recorrido a uma técnica de amostragem não probabilística por conveniência. Esta técnica dificulta a generalização dos resultados, pelo que se recomenda alguma prudência na extrapolação das conclusões para a população geral. Sendo um estudo transversal, oferece apenas um "retrato" do fenómeno num dado momento, o que impossibilita perceber relações de causalidade entre as variáveis e as crenças. No que diz respeito à amostra, o seu perfil sociodemográfico também apresenta algumas limitações. Apesar do elevado número de participantes, verificou-se uma grande homogeneidade em dimensões como a perceção do nível socioeconómico e a idade. Sendo 24 anos a idade média, torna-se difícil perceber com exatidão se o avanço da idade tem um impacto diferente nas crenças de pessoas mais velhas. A somar a isto, a esmagadora maioria da amostra é do sexo feminino (76,4%), o que pode ter influenciado os resultados obtidos, especialmente tratando-se de uma problemática onde existem diferenças conhecidas entre sexos.

Por fim, por se tratar de um questionário de autoavaliação sobre um tema considerado “tabu”, não se pode ignorar o peso da deseabilidade social. A probabilidade de os participantes darem respostas que procuram representar aquilo que é “politicamente correto” e socialmente aceite aumenta bastante neste tipo de estudos. Este fator ajuda a explicar a forte rejeição da violência observada nos dados, dificultando a captação das crenças reais e latentes da amostra.

8. Implicações Práticas e Sugestões para Estudos Futuros

A análise dos resultados evidencia a necessidade de direcionar os esforços de intervenção e prevenção para três subgrupos populacionais que demonstraram maior vulnerabilidade à legitimação da violência: indivíduos do sexo masculino, adultos jovens e pessoas em situação de divórcio ou separação. Os dados sugerem que a atuação clínica e social junto destas populações tem de um potencial transformador não apenas ao nível ontogenético (individual), mas com impacto direto sistémico e até ao nível do macrosistema. Reconhecendo que as normas culturais não são estáticas, mas sim construtos sociais maleáveis, a educação assume um papel fulcral na desconstrução destas crenças. Torna-se por esse motivo, urgente repensar as estratégias de prevenção da (IPV).

Ao nível da prevenção primária, a implementação precoce de programas psicoeducativos em contexto escolar e académico revela-se fundamental. Estes programas não devem focar-se apenas na informação sobre a violência, mas sim no desenvolvimento de competências socioemocionais robustas que atuem como fatores protetores. O treino da empatia, a promoção da comunicação assertiva (escuta ativa) e o ensino de técnicas de resolução de conflitos não violentas são essenciais para evitar a cristalização de esquemas cognitivos disfuncionais e a perpetuação de normas patriarcais.

Simultaneamente, ao nível da prevenção secundária e terciária ou multinível, os resultados sublinham a urgência de dotar os serviços de saúde mental e de mediação familiar com respostas especializadas. O acompanhamento psicoterapêutico direcionado a indivíduos que atravessam processos de rutura conjugal (divórcio/separação) é crítico. Uma intervenção focada na gestão da frustração, na regulação emocional e na reestruturação cognitiva poderá impedir que a legitimação de dinâmicas abusivas seja utilizada como mecanismo de defesa ou de externalização de culpa face ao término da relação.

No que diz respeito às sugestões para investigações futuras, a replicação deste estudo com recurso a amostras probabilísticas e sócio demograficamente mais diversificadas traria uma nova perspetiva sobre a problemática. A maior representatividade do sexo masculino, assim como a inclusão de indivíduos provenientes de diferentes níveis socioeconómicos e de escolaridade, permitiriam clarificar se a homogeneidade encontrada neste estudo encobriu os efeitos destas variáveis nas crenças legitimadoras da violência. O uso de questionários de autorrelato, como mencionado anteriormente, pode

enviesar os resultados das investigações. Neste sentido, e face ao impacto da já referida desejabilidade social associada à avaliação de temas sensíveis através de instrumentos de autorrelato sugere-se a utilização da metodologia por Vinhetas (apresentação de cenários ou vídeos curtos hipotéticos) seguidas de respostas abertas em que as pessoas possam comentar livremente sobre o que viram e o que pensam, sem restrições. A literatura mostra que a projeção da avaliação para o comportamento de outros indivíduos que não o próprio, reduz significativamente a reatividade dos participantes e o enviesamento de desejabilidade social, permitindo desta forma aceder a crenças e atitudes nucleares mais facilmente e com maior validade (Aguinis & Bradley, 2014). Metodologias mistas poderiam trazer resultados mais fiéis à realidade vivida dentro dos casais. Aplicar os instrumentos antes e depois das atividades, de forma a tentar obter um valor mais real de cada um e cruzar crenças com os comportamentos perpetrados nas relações são algumas das possibilidades para estudar este fenómeno. A natureza dos instrumentos utilizados deve procurar não só a presença/ausência destes comportamentos e crenças, como também a natureza dos mesmos. A avaliação da sua natureza pode passar desde a descrição (o quê? como?), contagem (número de casos) e caracterização da violência. Desta forma, as dinâmicas relacionais podem se tornar mais evidentes e facilitar o processo de identificação de violência de controlo coercivo (VCC) ou violência situacional do casal (VSC). O primeiro tipo de violência, anteriormente designada por “terrorismo íntimo” e maioritariamente praticada por homens, caracteriza-se por um padrão de comportamentos de domínio, isolamento e denegrir a vítima. O segundo tipo (VSC), caracterizada principalmente pela ausência de um padrão coercitivo por parte do agressor (Hardesty e Ogolsky 2020). Outro ponto a salientar seria o interesse de avaliar esta problemática ao longo do tempo de vida dos participantes. Esta metodologia poderia permitir compreender “se”, “em que momentos” e “por que motivo” estas crenças vão sofrendo alterações.

Por fim, recomenda-se a utilização de instrumentos especificamente validados para medir a bidirecionalidade da agressão, o que permitiria uma melhor compreensão das dinâmicas relacionais e das narrativas, justificações e esquemas cognitivos de quem perpetra e de quem sofre violência.

9. Conclusão

A presente investigação teve como principal objetivo compreender de que forma as variáveis sociodemográficas e as dinâmicas relacionais influenciam a adesão a crenças que legitimam e justificam a violência nas relações de intimidade.

Através da análise dos dados, foi possível concluir que o Modelo 1, que diz respeito às variáveis sociodemográficas, constitui a dimensão com maior peso preditivo para o fenómeno em estudo. Os resultados evidenciam que ser mulher atua como um fator protetor, estando inversamente relacionado com a legitimação da violência. Em contrapartida, constatou-se que as variáveis inerentes à estrutura e dinâmica relacional (duração do relacionamento e a coabitação), bem como a existência de episódios de agressão passados, não revelaram impacto estatisticamente significativo para as crenças legitimadoras da violência conjugal nesta amostra.

Esta descoberta reveste-se de particular relevância teórica, uma vez que sugere que as estruturas cognitivas que justificam a violência não são alteradas ou ditadas pela experiência de violência ou pelo contexto relacional do casal. Tal perspetiva sugere que estas crenças encontram-se profundamente enraizadas num macrossistema sociocultural amplo e complexo.

Face a estas evidências empíricas, reforça-se a urgência de respostas sociais e clínicas articuladas. Torna-se imperativa a promoção de uma intervenção multinível robusta, focada na educação das faixas etárias mais jovens para a igualdade de género, aliada a uma intervenção em contextos institucionais especializada. Apenas através da desconstrução destas narrativas em diferentes níveis sistémicos será possível a alteração progressiva destas crenças e a efetiva reestruturação do macrossistema em que as dinâmicas de violência se desenvolvem e perpetuam.

10.Referências Bibliográficas

- Almeida, I., Nobre, C., Marques, J., & Oliveira, P. (2023). Violence against women: Attachment, psychopathology, and beliefs in intimate partner violence. *Social Sciences*, 12(6), 346. <https://doi.org/10.3390/socsci12060346>
- Almeida, I., Ramalho, A., Morgado, R., & Baúto, R. V. (2023). Gendered perspectives on intimate partner violence: A comparative study of general population, students and professionals' beliefs. *Social Sciences*, 12(9), 528. <https://doi.org/10.3390/socsci12090528>
- Aguinis, H., & Bradley, K. J. (2014). Best practice recommendations for designing and implementing experimental vignette methodology studies. *Organizational Research Methods*, 17(4), 351–371. <https://doi.org/10.1177/1094428114547952>
- Araújo, E., Santos, A., Oliveira, C., Cruz, O. S., & Moreira, D. (2024). Beliefs and violent behavior in interpersonal relationships of young adults: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 21(11), 1500. <https://doi.org/10.3390/ijerph21111500>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (n.d.). *Violência doméstica*. <https://violenciadomestica.apav.pt/violencia-domestica>
- Boaventura, B. C. (2021). *Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. ProQuest
- Bucheli, M., & Rossi, M. (2019). Attitudes toward intimate partner violence against women in Latin America and the Caribbean. *Sage Open*, 9(3), 2158244019871061. <https://doi.org/10.1177/2158244019871061>
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, 37(163), 603–630. <http://www.jstor.org/stable/41011688>
- Cerejo, D., Jesus, M., & Tarrío-Concejero, L. (2025). “If It’s Not a Slap or a Punch Then It’s Not Violence”: Portuguese University Student’s Representations and Practices About Intimacies and Dating Violence. *Social Sciences*, 14(2), 86. <https://doi.org/10.3390/socsci14020086>
- Cinquegrana, V., Marini, M., & Galdi, S. (2022). From endorsement of ambivalent sexism to psychological IPV victimization: The role of attitudes supportive of IPV, legitimating myths of IPV, and acceptance of psychological aggression. *Frontiers in Psychology*, 13, 922814. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.922814>
- Coker, A. L., Davis, K. E., Arias, I., Desai, S., Sanderson, M., Brandt, H. M., & Smith, P. H. (2002). Physical and mental health effects of intimate partner violence for men and women. *American Journal of Preventive Medicine*, 23(4), 260–268. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(02\)00514-7](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(02)00514-7)
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2025). *Indicadores estatísticos*. <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/>
- Correia, I., Alves, H., Morais, R., & Ramos, M. (2015). The legitimization of wife abuse among women: The impact of belief in a just world and gender identification. *Personality and Individual Differences*, 76, 7-12. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.11.041>
- Cunha, O., Pereira, B., Cruz, A. R., Gonçalves, R., & de Castro Rodrigues, A. (2024). Intimate partner violence: perceptions and attributions of male perpetrators. *Journal of Forensic*

da Cruz Ferreira, I. F. (2018). *Exposição à violência conjugal, crenças legitimadoras e perpetração (reclusos vs. não reclusos)* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. ProQuest.

da Silva, H. F. A., Figueiredo, C. A. S., & da Silva, P. A. A. (2025). Políticas públicas municipais de amparo às vítimas femininas de violência doméstica: um panorama de Tocantinópolis (TO). *Conversas & Controvérsias*, 12(1), e47324-e47324. <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2025.1.47324>

da Silva, M. M. P. M. (2017). *Violência na intimidade: Crenças da comunidade africana lusófona residente em Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho (Portugal)].

Dantas, M. I. A. (2023). *Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos em Estudantes Universitários Portugueses: A importância das variáveis Autoestima e Narcisismo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. ProQuest.

Du, J., Stith, S., Durtschi, J., & Spencer, C. (2021). Relationship dynamics and perpetration of intimate partner violence among female Chinese college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(23–24), 11035–11057. <https://doi.org/10.1177/0886260519897332>

Ferrer-Pérez, V. A., Bosch-Fiol, E., Sánchez-Prada, A., & Delgado-Álvarez, C. (2019). Beliefs and attitudes about intimate partner violence against women in Spain. *Psicothema*, 31(1), 38-45. <https://doi.org/10.7334/psicothema2018.206>

Hardesty, J. L., & Ogolsky, B. G. (2020). A socioecological perspective on intimate partner violence research: A decade in review. *Journal of marriage and family*, 82(1), 454-477. <https://doi.org/10.1111/jomf.12652>

Lemos, D. C., Falcke, D., & de Oliveira, E. L. (2023). Ciúme, Violência Conjugal e Saúde Mental: Prevalência e Fatores Associados. *Quaderns de Psicologia*, 25(2), 5. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1921>

Lima, F. M., Cavalcante, L. I. C., & dos Reis, D. C. (2022). Pesquisas com escalas de crenças sobre abuso e violência sexual: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 15(3), e9858-e9858. <https://doi.org/10.25248/reas.e9858.2022>

Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of Bi-Directional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 57, 83-90. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2019.03.002>

Machado, C., Gonçalves, M., Matos, M., & Dias, A. R. (2007). Child and partner abuse: Self-reported prevalence and attitudes in the north of Portugal. *Child Abuse & Neglect*, 31(6), 657-670. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.11.002>

Machado, C., Martins, C., & Caridade, S. (2014). Violence in Intimate Relationships: A Comparison between Married and Dating Couples. *Journal of Criminology*, 2014, 1–9. <https://doi.org/10.1155/2014/897093>

Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (7.^a ed.). ReportNumber

Matos, T., & Cláudio, V. (2010). Crenças acerca da violência doméstica em diferentes classes profissionais ligadas à elaboração e execução da legislação em vigor. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3205–3217)

- Mendes, J. M., Duarte, M., Araújo, P., & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: Representações e práticas. *Teoria & Sociedade*, 21(2), 87-112.
- Mosena, L. C., & Bossi, T. J. (2022). Exposição à violência conjugal na infância e perpetuação transgeracional da violência: Revisão sistemática. *Psico*, 53(1), e39088-e39088. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2022.1.39088>
- Moura, J. Q. D., Habigzang, L. F., Matos, M., & Gonçalves, M. (2021). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECV): Versão brasileira. *Psico-USF*, 26(4), 603-616. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401>
- Mourão, A. M. (2025). *Trauma-informed approaches no apoio a pessoas em situação de sem-abrigo com múltiplas desvantagens*. [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto].
- Neves, S., Correia, A., Borges, J., Rocha, H., Costa, S., Peixoto, S., ... & de Género, I. (2022). Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro no Ensino Superior: Crenças e Práticas–2020/2021. Associação Plano i. Available online: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/02/EstudoNacional_2017_21.pdf.
- Neves, S., Machado, M., Machado, F., & Pinheiro, F. (2019). Attitudes toward intimate partner violence and intimate partner acceptance-rejection among cape Verdean students living in Portugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3549. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3549>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2013). OECD framework for statistics on the distribution of household income, consumption and wealth. OECD Publishing. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2013/06/oecd-framework-for-statistics-on-the-distribution-of-household-income-consumption-and-wealth_g1g2c4b5/9789264194830-en.pdf
- Paixão, G. P. D. N., Pereira, A., Gomes, N. P., Sousa, A. R. D., Estrela, F. M., Silva Filho, U. R. P. D., & Araújo, I. B. D. (2018). Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 178-184. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>
- Saavedra, R., & Machado, C. (2012). Violência nas relações de namoro entre adolescentes: Avaliação do impacto de um programa de sensibilização e informação em contexto escolar. *Análise Psicológica*, 30(1/2), 109-130. <https://doi.org/10.14417/ap.536>
- Schmidt, A. F., & Finan, C. (2018). Linear regression and the normality assumption. *Journal of Clinical Epidemiology*, 98, 146–151. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2017.12.006>
- Ventura, M. S. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*. <http://dx.doi.org/10.12707/RIII12120>
- World Health Organization. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564625>
- Yonfa, E. D., Fasol, M., Cueva, C. M., & Zavgorodniaya, A. C. (2021). Intimate partner violence: A literature review. *The Open Psychology Journal*, 14(1). <https://doi.org/10.2174/1874350102114010011>
- Zancan, N., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. *Psico-USF*, 23(2), 253–265. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230206>